

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.871	6.438	9.358	9.181	Fornecedores	15	34.951	23.730	59.719	38.492
Contas a receber	5	42.374	46.514	56.738	125.247	Empréstimos e financiamentos	16	37.689	59.003	49.812	98.824
Estoques	6	77.049	67.429	104.921	90.566	Partes relacionadas	10.a	85.951	27.992	-	91
Impostos a recuperar	7	2.328	3.188	23.496	14.026	Obrigações com pessoal	17	11.773	11.537	15.650	19.872
Partes relacionadas	10.a	3.136	8.830	-	1.764	Dividendos e juros sobre o capital próprio	23.d	-	23	-	23
Outros ativos circulantes		10.462	7.817	29.630	21.911	Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	11.716	13.318	19.559	23.227
		139.220	140.216	224.143	262.695	Provisão para benefício pós-emprego	19	2.622	3.269	7.118	6.515
						Provisão para reestruturação	33	-	307	-	345
						Obrigações de arrendamento	14	-	-	2.095	-
Ativos mantidos para a venda	11	796	796	8.415	7.306	Outros passivos circulantes	20	22.139	33.980	74.623	48.509
Total do ativo circulante		140.016	141.012	232.558	270.001	Total do passivo circulante		206.841	173.159	228.576	235.898
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		10.412	7.658	19.362	15.823	Empréstimos e financiamentos	16	9.327	-	63.762	32.101
Impostos a recuperar	7	25.128	24.792	40.834	39.650	Partes relacionadas	10.a	49.089	59.779	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.b	-	25.468	-	40.095	Impostos, taxas e contribuições a recolher	18	17.712	19.356	48.774	32.541
Partes relacionadas	10.a	26.093	26.140	-	16.945	Obrigações com pessoal	17	7.664	8.646	9.974	14.110
Outros ativos não circulantes		794	772	2.250	1.638	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	61.385	67.218	86.620	114.353
Investimentos	9	139.481	159.956	-	57.187	Provisão para benefício pós-emprego	19	37.725	39.387	94.486	76.790
Ativo de direito uso	14	-	-	11.210	-	Provisão para desmobilização da mina	22	-	-	6.817	21.040
Imobilizado	12	44.861	23.636	238.789	126.954	Provisão para perdas em investimentos	9	-	30.053	-	30.053
Intangível	13	136	391	584	843	Obrigações de arrendamento	14	-	-	9.115	-
Total do ativo não circulante		246.905	268.813	313.029	299.135	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.b	-	-	241	-
						Total do passivo não circulante		182.902	224.439	319.789	320.988
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	23.a	338.967	334.251	338.967	334.251
						Reservas de capital		19.437	19.437	19.437	19.437
						Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
						Prejuízos acumulados		(319.912)	(307.264)	(319.912)	(307.264)
						Outros resultados abrangentes		(41.140)	(34.023)	(41.140)	(34.023)
						Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		(2.822)	12.227	(2.822)	12.227
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	44	23
						Total do patrimônio líquido		(2.822)	12.227	(2.778)	12.250
								-	-	-	-
TOTAL DOS ATIVOS		386.921	409.825	545.587	569.136	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		386.921	409.825	545.587	569.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais - exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	25	417.072	311.448	488.671	536.905
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	26	(362.407)	(297.987)	(420.101)	(432.786)
LUCRO BRUTO		<u>54.665</u>	<u>13.461</u>	<u>68.570</u>	<u>104.119</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	26	(35.631)	(36.244)	(50.698)	(71.903)
Gerais e administrativas	26	(35.652)	(42.175)	(60.260)	(72.259)
Remuneração da administração	26	(8.914)	(9.123)	(8.914)	(11.869)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	2.596	(15.038)	67.704	(13.296)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação	12, 13 e 33	21.320	(18.325)	10.233	(25.051)
Resultado da equivalência patrimonial	9	<u>16.718</u>	<u>(20.675)</u>	<u>10.766</u>	<u>(15.629)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(39.563)</u>	<u>(141.580)</u>	<u>(31.169)</u>	<u>(210.007)</u>
Resultado Financeiro		<u>(2.281)</u>	<u>(19.051)</u>	<u>7.038</u>	<u>(27.434)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>12.821</u>	<u>(147.170)</u>	<u>44.439</u>	<u>(133.322)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	24	-	-	(16.729)	(10.615)
Diferidos	24	<u>(25.468)</u>	<u>(2.198)</u>	<u>(40.336)</u>	<u>(5.430)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(12.647)</u>	<u>(149.368)</u>	<u>(12.626)</u>	<u>(149.367)</u>
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(12.647)	(149.368)
Acionistas não controladores				21	1
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				<u>(12.626)</u>	<u>(149.367)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO, BÁSICO E DILUÍDO - R\$				<u>(0,3974)</u>	<u>(5,0084)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(12.647)	(149.368)	(12.626)	(149.367)
Outros resultados abrangentes					
Ganho/perda líquida na atualização do plano de benefício definido		3.320	(528)	(7.117)	(8.991)
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes		(10.437)	(8.463)	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos		(7.117)	(8.991)	(7.117)	(8.991)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		(19.764)	(158.359)	(19.743)	(158.358)
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(19.764)	(158.359)
Acionistas não controladores				21	1
				(19.743)	(158.358)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		12.821	(147.170)	44.439	(133.322)
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(16.718)	20.675	(10.766)	15.629
Depreciação e amortização	26	5.808	3.321	18.514	13.625
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	27	-	(716)	3.208	(710)
Baixa de depósitos judiciais		(117)	42	(97)	17
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	5	609	2.536	941	3.903
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	6	(2.558)	5.718	(2.294)	8.178
Perda estimada para redução ao valor recuperável		(21.586)	17.118	(2.959)	23.390
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	(4.882)	13.815	(27.889)	13.072
Provisão para benefício pós-emprego	19.b	3.651	3.245	17.131	10.354
Provisão para desmobilização da mina	22	-	-	(6.111)	1.468
Provisão para reestruturação	33	498	1.207	498	1.661
Provisão para garantia	20	(266)	(137)	(339)	(239)
Perda na alienação de investimentos		-	14	-	-
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		10.683	4.041	13.944	12.634
Rendimento de aplicações financeiras		(5)	(31)	(13)	(343)
Dação de imóveis		(16.282)	-	(40.400)	-
Deságio dívida - recuperação judicial		(12.880)	-	(23.216)	-
Ganho com a remensuração de investimento		(3.297)	-	(3.297)	-
Amortização do direito de uso		-	-	1.296	-
		(44.521)	(76.322)	(17.410)	(30.683)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		3.531	5.081	76.578	8.062
Partes relacionadas a receber		5.741	(4.270)	18.709	(7.028)
Estoques		(7.062)	(3.493)	3.201	257
Impostos a recuperar		1.179	4.225	9.084	(2.882)
Depósitos judiciais		(2.637)	(1.059)	(3.442)	(1.299)
Outros ativos		(2.667)	(6.181)	(377)	(14.057)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		7.859	4.853	11.456	11.408
Partes relacionadas a pagar		44.685	10.972	(16.051)	2
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(6.435)	22.016	(13.976)	32.051
Obrigações com pessoal	17	(746)	10.145	(10.906)	16.758
Benefício pós-emprego		(2.640)	(2.926)	(5.949)	(4.870)
Gastos com reestruturação		(805)	(1.207)	(843)	(3.419)
Gastos com desmobilização da mina		-	-	(8.112)	-
Outros passivos		(6.619)	3.048	(24.555)	8.761
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(11.137)	(35.118)	17.407	13.061
Juros pagos		(2.203)	(1.359)	(7.418)	(3.569)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(2.853)	(4.804)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(13.340)	(36.477)	7.136	4.688
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuo com empresas ligadas a receber		-	(2.311)	-	(2.010)
Caixa combinação negócios CSC				1.537	-
Recebimento pela venda de imobilizado	27	-	803	-	838
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(5.192)	(5.987)	(9.038)	(6.910)
Adições aos investimentos		-	(14.329)	-	(14.329)
Aplicações financeiras de curto prazo		-	(6.300)	-	(58.220)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		-	9.174	-	80.401
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.192)	(18.950)	(7.501)	(230)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos		161.067	30.274	688.311	141.257
Amortização de empréstimos e financiamentos		(149.795)	(1.094)	(690.017)	(143.491)
Dividendos		(23)	-	(23)	-
Captação de mútuo com partes relacionadas		-	50.500	-	-
Aumento do Capital Social		4.716	-	4.716	-
Amortização de mútuo com partes relacionadas		-	(22.737)	-	-
Operações com arrendamento		-	-	(2.445)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		15.965	56.943	542	(2.234)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.567)	1.516	177	2.224
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	4	6.438	4.922	9.181	6.957
No fim do exercício	4	3.871	15.811	9.358	23.551
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.567)	1.516	177	2.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
			Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações		Estatutária	Legal	Retenção de lucros					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	-	(227.087)	(25.032)	170.502	8	170.510
Aumento de participação de acionista não controlador		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	85	-	-	85	-	85
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	(135.874)	-	(135.874)	1	(135.873)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(23)	-	(32.722)	(36.362)	(85)	69.192	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(8.991)	(8.991)	-	(8.991)
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2018		334.251	19.437	-	(174)	-	-	-	(293.769)	(34.023)	25.722	23	25.745
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019		334.251	19.437	-	(174)	-	-	-	(307.264)	(34.023)	12.227	23	12.250
Aumento de capital com participação de acionistas		23.a	4.716	-	-	-	-	-	-	-	4.716	-	4.716
Dividendos prescritos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período		23.c	-	-	-	-	-	-	(12.647)	-	(12.647)	21	(12.626)
Absorção do prejuízo do exercício			-	-	(1)	-	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Ganho na atualização do plano de benefício definido			-	-	-	-	-	-	-	(7.117)	(7.117)	-	(7.117)
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019		338.967	19.437	-	(174)	-	-	-	(319.912)	(41.140)	(2.822)	44	(2.778)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. - Em recuperação judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	25	554.486	415.220	638.536	668.515
Outras receitas		3.297	823	44.157	2.243
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	26	(703)	(2.536)	(851)	(3.903)
		<u>557.080</u>	<u>413.507</u>	<u>681.842</u>	<u>666.855</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(260.091)	(211.666)	(305.214)	(282.170)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(117.982)	(138.284)	(116.699)	(204.753)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação	12, 13 e 33	(30.867)	(18.325)	(25.767)	(25.051)
Outros descontos, abatimentos e doações		(2.954)	(1.227)	(3.171)	(1.675)
		<u>(411.894)</u>	<u>(369.502)</u>	<u>(450.851)</u>	<u>(513.649)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>145.186</b>	<b>44.005</b>	<b>230.991</b>	<b>153.206</b>
Depreciação, amortização e exaustão	26	(5.808)	(3.321)	(18.514)	(13.625)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		<u>139.378</u>	<u>40.684</u>	<u>212.477</u>	<u>139.581</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado da equivalência patrimonial	9	16.718	(20.675)	10.766	(15.629)
Receitas financeiras	28	15.115	3.009	42.053	30.573
Outras		922	507	28.657	1.434
		<u>32.755</u>	<u>(17.159)</u>	<u>81.476</u>	<u>16.378</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b><u>172.133</u></b>	<b><u>23.525</u></b>	<b><u>293.953</u></b>	<b><u>155.959</u></b>
<b>Pessoal:</b>					
Remuneração direta		50.804	56.999	78.647	91.162
Benefícios		18.510	21.462	41.385	42.551
FGTS		4.484	4.649	7.267	7.137
		<u>73.798</u>	<u>83.110</u>	<u>127.299</u>	<u>140.850</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>					
Federais		68.808	31.643	112.457	50.654
Estaduais		15.849	27.288	16.799	37.324
Municipais		2.551	2.053	4.626	3.870
		<u>87.208</u>	<u>60.984</u>	<u>133.882</u>	<u>91.848</u>
<b>Remuneração de capital de terceiros:</b>					
Juros		17.396	22.060	37.086	58.007
Aluguéis		6.378	6.739	8.333	14.621
		<u>23.774</u>	<u>28.799</u>	<u>45.419</u>	<u>72.628</u>
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>					
Prejuízos acumulados	23.c	(12.647)	(149.368)	(12.626)	(149.368)
Participação dos não controladores nos (prejuízos acumulados) lucros retidos		-	-	(21)	1
		<u>(12.647)</u>	<u>(149.368)</u>	<u>(12.647)</u>	<u>(149.367)</u>
		<u>172.133</u>	<u>23.525</u>	<u>293.953</u>	<u>155.959</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ETERNIT S.A. – Em recuperação judicial

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, nº 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 23 a).

A Companhia e suas controladas (denominadas “Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 8 unidades industriais e 1 mineradora, cuja operação está em hibernação conforme Fato Relevante divulgado em 31 de maio de 2019.

As informações contábeis consolidadas do Grupo abrangem informações da Eternit S.A. e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2019, como seguem:

Empresas	(%) Participação	(%)Capita l votante	Controle	Localização da sede social	Atividade principal
SAMA S.A. Minerações Associadas	100	100	Direto	Minaçu/GO	Mineração, exploração e beneficiamento do mineral crisotila (operação hibernada desde 31 de maio de 2019).
Tégula Soluções para Telhados Ltda. “Tégula”	100	100	Direto	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda. “Precon Goiás”	100	100	Direto	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. “Prel”	100	100	Direto	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda. “Eternit da Amazônia”	100	100	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras de polipropileno e pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção.
Atena Consultoria e Participações Ltda.	100	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão de patrimônio e administração de investimentos do grupo Eternit.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	100	100	Indireto	São Paulo/SP	Gestão de patrimônio e administração de investimentos do grupo Eternit.
Engedis Distribuição Ltda. “Engedis”	100	100	Indireto	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC”*	100	100	Direto	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

\* A CSC passou ser consolidada a partir de 30 de setembro de 2019.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 29.

#### Eventos operacionais relevantes

##### 1.1. Recuperação judicial

A Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas, pedido de recuperação judicial (“pedido”), em 19 de março de 2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. O pedido foi aprovado pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de abril de 2018 e deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16 de abril de 2018, cuja decisão foi publicada em 3 de maio de 2018.

A Companhia apresentou a versão atual do Plano de Recuperação Judicial em 25 de abril de 2019, o qual foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 29 de maio de 2019 e Fato Relevante divulgado na mesma data, com o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de sociedades sob seu controle que integram o polo ativo do Processo de Recuperação Judicial ("Grupo Eternit"), nos termos do art. 45 da Lei nº 11.101/2005.

O referido plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, tendo a decisão sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se inicia os prazos para cumprimento do plano.

Para superação da crise econômico-financeira do Grupo, utiliza-se os seguintes meios para recuperação judicial: (i) Assessoria empresarial e ajustes operacionais; (ii) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento dos Credores Concursais; (iii) Alienação de Ativos; (iv) Dação de Ativos; (v) Novação; (vi) Aumento de Capital da Controladora; (vii) Emissão de Debêntures pela Controladora; e (viii) Eventual obtenção de Financiamentos em condições especiais.

Como parte do plano de recuperação, determinados credores da classe III exerceram a opção de receber os valores devidos pelo Grupo em um prazo diferenciado e/ou com dação de imóveis, sendo que para esses valores foram aplicados desconto/deságio, conforme demonstrado a seguir:

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Desctos Obtidos	Juros/ Encargos	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Pagtos. Realizados	Dação	Saldo Final
Classe I - Credores Trabalhistas	6.466			181	(6.647)		-
Classe II - Credores com Garantia Real	36.225		1.419	-			37.644
Classe III - Credores Quirografários:							
Opção A - R\$	107.672	(17.314)	2.547	-	(1.586)	(40.400)	50.919
Opção A - US\$	953	-		(797)	-	-	156
Opção B - R\$	87.208	(40.964)	1.601				47.845
Opção B - US\$	1.696	(763)	-	-	-		933
Classe IV - Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	4.612		121	-	(245)		4.488
Total - R\$	<u>242.183</u>	<u>(58.278)</u>	<u>5.688</u>	<u>181</u>	<u>(8.478)</u>	<u>(40.400)</u>	<u>140.896</u>
Total - US\$	<u>2.649</u>	<u>(763)</u>		<u>(797)</u>			<u>1.089</u>

O quadro acima demonstra a posição atualizada dos credores até o dia 31/12/2019. Foram realizados pagamentos no montante de R\$48.878, destes R\$40.400 na forma de dação de imóveis da controlada Prel. De acordo com a opção exercida pelos credores, foram aplicados os descontos previstos no Programa de Recuperação Judicial no montante de R\$58.278 e de US\$ 763.

O total em moeda estrangeira de credores quirografários contido na Classe III, no valor de US\$ 1.089 correspondem em 31/12/2019 a R\$ 4.389.

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos foram divididos em três formas:

- Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- Demais valores até o limite de R\$250 serão pagos integralmente e sem desconto até o prazo de 12 meses.
- Saldo excedente ao item b será quitado com novas ações emitidas pela companhia, ou no caso de exercício do direito de preferência pelos acionistas, com os recursos obtidos com o aumento de capital.



Após a homologação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), alguns credores trabalhistas interpuseram agravo de instrumento contra a decisão de homologação, em razão da forma de pagamento prevista aos credores trabalhistas (pagamento linear até o montante de R\$ 250.000,00 e o saldo remanescente, após o pagamento linear, por meio de emissão de ações decorrente de aumento de capital da Eternit S/A). Em função da decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, o Grupo Eternit opôs embargos de declaração a fim de questionar tal decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça e é também contrário ao Enunciado XIII do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo. Os embargos de declaração ainda estão pendentes de julgamento, de modo que, o pagamento dos credores trabalhistas está suspenso e os recursos obtidos no processo de aumento de capital destinados ao pagamento da Classe I estão depositados em juízo

A Classe II contempla o credor com garantia real, até o limite de R\$40 milhões, cujo pagamento terá carência de 12 meses a contar da data de homologação do plano e será aplicado as correções de juros de 8,24% a.a. com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento. Os pagamentos serão realizados em 126 parcelas mensais.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que receberam o pagamento inicial de R\$3 limitado ao valor do crédito, em até 180 dias a contar da data de homologação. O pagamento do saldo restante considera duas opções de recebimento a critério do Credor:

- a) Opção A. Limitado a R\$ 50 milhões por credor, com a possibilidade de recebimento por meio de dação de imóvel em processo competitivo, com consequente quitação do seu crédito, integral ou parcial, incorrendo em deságio de 30% sobre o montante ofertado (imóvel utilizado em dação). Os saldos remanescentes após a dação terão seus créditos quitados através da Tranche A e Parcela A. A Tranche A, correspondendo a 15% do saldo, será remunerada com taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 21 meses a contar da data de homologação. A parcela A, representando 85% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data homologação, podendo ter a amortização antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos imobiliários elencados no plano.
- b) Opção B. Com a aplicação de 45% de deságio sobre os créditos quirografários, e limitado, após o deságio, a R\$50 milhões, serão pagos através da Tranche B e Parcela B. A Tranche B, representando 27% do saldo após deságio, será remunerado a taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 21 meses a contar da data de homologação. A parcela B correspondendo a 73% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data homologação, podendo ter a amortização antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos elencados no plano; Como meio de aceleração da amortização será procedida a alienação do Ativo Imobiliário Louças (CSC), e em caso de o valor da alienação ser maior que R\$110 milhões, 40% do valor excedente será dado como prêmio aos credores da opção B.

Os valores de cada credor quirografário que superarem o limite de R\$ 50 milhões, conforme descrito nas Opções A e B, serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Controladora, com carência de 102 meses e vencimento "bullet" em 120 meses após o término da carência, sendo o saldo corrigido pela TR. Após o exercício da opção pelos credores, não houve credor individual com créditos superior a R\$ 50 milhões.

A Classe IV é composta por microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 2 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, vencendo em até 180 dias a contar da data de homologação. O saldo remanescente limitado ao montante de R\$ 250 será pago em até 18 meses a contar da data de homologação com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas nos sites da CVM e de Relações com Investidores da Companhia.

## 1.2. Continuidade operacional

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos, com modernidade, inovação e foco na rentabilidade dos negócios do Grupo, além do efeito de proteção contra as ações e possíveis execuções que possam recair sobre o Grupo.

O Grupo mantém suas atividades operacionais com expectativa de continuidade dos negócios nos segmentos em que atua.

### A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização do mineral crisotila é regulamentada pela Lei Federal n.º 9.055/95, Decreto n.º 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está previsto na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A referida Lei foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 proposta pela ANAMATRA E ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF), julgada em 24 de agosto de 2017, tendo sido declarados 5 votos pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e 4 votos pela improcedência e consequente constitucionalidade da Lei Federal. De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade da Lei pressupõe voto de ao menos 6 dos 11 ministros o que não ocorreu. Por tal razão, a Lei não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ("CNTI") contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso do amianto crisotila neste Estado.

Neste julgamento, foram declarados por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Adicionalmente, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito "erga omnes", ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, O Grupo suspendeu, no início de dezembro de 2017, as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon Goiás (fabricante de telhas de fibrocimento) até decisão definitiva da ação. As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente apenas com a fibra sintética de polipropileno produzida na unidade de Manaus, conforme informado em Fato Relevante de 27 de novembro de 2017.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 – (CNTI) solicitou através de petição à relatora das ADIs a suspensão do efeito "erga omnes" até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria prima.

Em face da decisão acima, o Grupo retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar o amianto como matéria prima na fabricação de telhas de fibrocimento. A produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas. De acordo com seu planejamento estratégico, a SAMA interrompeu também a comercialização de fibras de amianto no mercado nacional e continuou suas operações direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

O Grupo comunicou ao mercado em 11 de fevereiro de 2019 que tomou conhecimento da publicação dos acórdãos referente à decisão do Supremo Tribunal Federal quanto ao uso do amianto, tendo paralisado temporariamente as atividades operacionais de mineração a partir de 11 de fevereiro de 2019, conforme fato relevante publicado na mesma data.

Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de maio de 2019, a Companhia se viu obrigada a hibernar os ativos da sua controlada SAMA, com consequente desligamento da totalidade de seus colaboradores em 31 de maio de 2019.

A decisão de hibernar os ativos da SAMA se deu pela não apreciação pelo STF do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 8 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a SAMA continuaria, exclusivamente, como exportadora de amianto crisotila.

Os ativos imobilizados da SAMA estão sendo mantidos em condição de pronta retomada de produção ("hibernação"), sob gestão de uma equipe de colaboradores da Eternit, no aguardo da manifestação do STF.

Em 11 de fevereiro de 2020, o Grupo tomou a decisão de reativar temporariamente a atividade de beneficiamento do minério extraído anteriormente a 11 de fevereiro de 2019, para exportação, conforme fato relevante divulgado na nota 36, seguindo orientação jurídica.

Até a publicação dessas demonstrações financeiras a Companhia não obteve resposta quanto a apreciação do pedido de efeito suspensivo requerido nos embargos de declaração opostos pela entidade que representa o setor.

Alguns países da União Europeia estabeleceram prazo de 5 (cinco) anos para a substituição do amianto, levando em conta que as reservas minerárias já tinham se esgotado e não tinham demandas pelo produto acabado. Outros países de economias desenvolvidas ainda usam o amianto, como os EUA e Alemanha, além dos países da Ásia que demandam o produto como insumo na indústria de materiais de construção.

A realidade no Brasil é diferente, tendo em vista que a jazida de amianto, cuja concessão foi cedida pelos Governos Federal e Estadual à SAMA, tem reserva minerária conhecida e prospectada para mais de 35 anos, de acordo com o nível de extração. Sendo assim, a Companhia aguarda o julgamento pelo STF do seu pedido de modulação dos efeitos do acórdão que declarou a inconstitucionalidade incidental do art. 2º da Lei 9.055/1995.

A linha de produção da Precon Goiás encontra-se paralisada em função da proibição do uso de amianto na fabricação de telhas de fibrocimento no território nacional. A Administração do grupo está avaliando alternativas de melhor retorno econômico para utilização dos ativos de Anápolis, dentre elas: (i) investimento na adaptação dos ativos para uso de fibra de polipropileno na produção de telhas; e (ii)

transferência dos ativos para outra região visando elevar o seu “market-share”. Transferência de equipamentos para unidades pré-existentes, visando aumento de capacidade e/ou continuidade operacional nessas unidades.

A Companhia avaliou os ativos da SAMA e Precon e decidiu fazer impairment parcial dos ativos, devido às atividades estarem paralisadas, conforme divulgado na nota 12 e 13.

## 2. BASE PARA PREPARAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### a) 2.1 Base de apresentação

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – (IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM).

### b) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Administração e ratificadas pelo Conselho de Fiscal da Companhia, respectivamente em 24 de março de 2020, para divulgação em 25 de março de 2020.

## 2.2 Principais práticas contábeis

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

### b) Aplicações financeiras

São representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

### c) Contas a receber

São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

O montante de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

d) Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques. A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

e) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (impairment). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo não efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis.

g) Provisão para benefícios pós-emprego

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

i. Custos de aposentadoria e benefícios rescisórios

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue:

- Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações);
- Despesa ou receita financeira líquida; e
- Remensuração.

O Grupo apresenta os três primeiros componentes de custos de benefícios definidos no resultado na rubrica "Provisão para benefício pós emprego".

Adicionalmente as remensurações são registradas nos resultados abrangentes.

Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos do Grupo. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes.

ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte.

iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos

Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano.

Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue:

- Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido.
- Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19 / CPC 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado.



h) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

i) Subvenção governamental

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica "receita operacional líquida" durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

k) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l) Receita operacional líquida

A receita é mensurada quando ou à medida que uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

O Grupo considera os termos dos contratos e todos os fatos e circunstâncias relevantes, a receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, os critérios definidos são:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

n) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

o) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, o Grupo pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- O Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) abaixo); e

- O Grupo pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso o Grupo eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

(i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Resultado financeiro líquido" (nota explicativa nº 28).

(ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, o Grupo pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta "Receitas financeiras" no resultado.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

*Classificação como dívida ou patrimônio líquido*

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

### *Instrumentos patrimoniais*

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

### *Passivos financeiros*

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

#### *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

#### *Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado*

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo

amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

### 2.3 Normas, alterações e interpretações de normas

a) Vigência a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019

#### CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16):

A referida norma altera substancialmente os critérios para o reconhecimento por parte dos arrendatários das operações envolvendo contratos de locação e arrendamento de bens, onde a empresa passa a reconhecer o passivo referente ao fluxo de pagamentos futuros, em contrapartida ao direito de uso do ativo objeto do arrendamento. A norma isenta o reconhecimento das operações de curto prazo em até doze meses, bem como operações consideradas de baixo valor.

O Grupo avaliou os contratos de arrendamento existentes, e optou pela adoção da referida norma de forma prospectiva. Os impactos da adoção da referida norma estão demonstrados conforme nota explicativa nº 14. O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do terreno e galpão industrial onde encontra-se instalada a fábrica de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março/2027. Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% ao ano, correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação. Os demais contratos segundo análise do Grupo não se qualificam como operação de arrendamento mercantil.

### 2.4 Combinação de negócios

#### Aquisição da Companhia Sulamericana de Cerâmica S/A ("CSC")

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado

com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

#### 3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

#### 3.2. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

O Grupo realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente, as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas e controlada em conjunto, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

#### 3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

#### 3.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser



mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

### 3.5. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, modalidade de plano e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	3.334	3.163	6.133	5.100
Aplicações Financeiras (*)	537	3.275	3.225	4.081
	<u>3.871</u>	<u>6.438</u>	<u>9.358</u>	<u>9.181</u>

(\*) As aplicações financeiras em 31 de Dezembro de 2019 são aplicações financeiras de resgate automático (liquidez imediata), remuneradas pela taxa média de 0,24% a.a.. Em 31 de Dezembro de 2018 haviam aplicações financeiras em CDB de renda fixa remuneradas pela taxa de 8,71% a.a..

O Grupo celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Duplicatas junto ao Banco Sofisa S.A. conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 e 32. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo mantinha em aplicações financeiras na mesma instituição bancária o montante de R\$2.356 para complemento de composição da garantia mínima atrelada a essa operação. Essa aplicação poderia ser resgatada a qualquer momento, desde que ocorresse a substituição da garantia por outros recebíveis.

## 5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	48.683	52.214	58.104	64.825
Mercado externo	-	-	9.200	70.219
	<u>48.683</u>	<u>52.214</u>	<u>67.304</u>	<u>135.044</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6.309)	(5.700)	(10.566)	(9.797)
	<u>42.374</u>	<u>46.514</u>	<u>56.738</u>	<u>125.247</u>

## Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer:				
Até 1 ano	41.731	42.493	54.969	113.116
Valores vencidos:				
Até 90 dias	1.632	3.423	2.918	10.434
Entre 91 e 180 dias	416	649	560	1.949
Entre 181 e 360 dias	198	1.105	650	1.927
Acima de 360 dias	4.706	4.544	8.207	7.618
	48.683	52.214	67.304	135.044
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6.309)	(5.700)	(10.566)	(9.797)
	<u>42.374</u>	<u>46.514</u>	<u>56.738</u>	<u>125.247</u>

Movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(5.700)	(3.197)	(9.797)	(5.998)
Adições	(2.021)	(3.880)	(9.064)	(5.611)
Reversões	1.412	1.344	8.123	1.708
Baixa definitiva	-	33	552	104
Combinação de negócio CSC	-	-	(380)	-
Saldo final	<u>(6.309)</u>	<u>(5.700)</u>	<u>(10.566)</u>	<u>(9.797)</u>

Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 37.793 (controladora) e R\$ 43.884 (consolidado) do contas a receber estava atrelado a operações financeiras, sendo R\$7.707 (controladora) e 13.798 (consolidado) relativos a operações de duplicatas descontadas junto ao Banco Daycoval S.A. e Creditise e R\$ 30.085 (controladora) para composição da garantia mínima atrelada a operação de crédito bancário junto ao Banco Sofisa S.A. (R\$ 23.755 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$ 10.111 desconto de duplicatas e R\$ 13.644 crédito bancário). Maiores informações dessas transações estão divulgadas nas notas 16 e 32.

## 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	32.490	57.262	46.344	71.013
Produtos semiacabados	25.141	-	30.872	1.995
Mercadorias para revenda	3.496	3.590	6.253	4.973
Matérias-primas	14.275	9.580	15.740	11.916
Materiais auxiliares	9.599	7.507	28.509	19.920
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(7.952)	(10.510)	(22.797)	(19.251)
Saldo final	<u>77.049</u>	<u>67.429</u>	<u>104.921</u>	<u>90.566</u>

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(10.510)	(4.792)	(19.251)	(11.073)
Adição	(3.558)	(8.596)	(23.030)	(13.571)
Combinação de negócios - CSC	-	-	(5.840)	-
Reversão	6.116	2.878	25.324	5.393
Saldo final	<u>(7.952)</u>	<u>(10.510)</u>	<u>(22.797)</u>	<u>(19.251)</u>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	1.400	1.788	15.570	5.375
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (*)	16.201	15.814	17.613	16.149
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (*)	9.257	9.271	12.434	13.348
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	14	210	1.475	1.730
Programa de integração social – PIS	-	-	3.027	3.045
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	-	-	9.547	11.725
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	149	149	2.733	630
Outros	435	748	1.931	1.674
	<u>27.456</u>	<u>27.980</u>	<u>64.330</u>	<u>53.676</u>
Circulante	2.328	3.188	23.496	14.026
Não circulante	25.128	24.792	40.834	39.650

(\*) Imposto de renda retido na fonte, dos anos base 1999 e 1998, não prescritos, conforme Lei Complementar 118/2005. Os assessores jurídicos do Grupo entendem que a probabilidade de recuperação desses créditos é provável de ganho. Em 31 de dezembro de 2019 o processo aguardava julgamento do Tribunal Regional Federal.

## 8. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

### Aquisição da Companhia Sulamericana de Cerâmica S/A (“CSC”)

Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, em 11 de junho de 2019, o Grupo Eternit concluiu a aquisição de mais 40% das ações da Companhia Sulamericana de Cerâmica S/A – CSC, com isso passou a deter 100% das ações da CSC, cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças havia sido celebrado em 27 de abril de 2018 pela controlada Atena.

Desse modo, a partir de 11 de junho de 2019, a companhia passou a ter o controle sobre a empresa CSC.

A CSC atua na produção e comercialização de louças sanitárias através de uma fábrica localizada no município de Caucaia no estado do Ceará.

O preço pago pela controlada Atena foi de R\$1,00, no ato da assinatura do contrato. Adicionalmente foram estabelecidos termos para realização da liquidação do saldo a pagar sobre os passivos da CSC com a Colceramica, antigo acionista, como o estabelecido no Programa de Recuperação Judicial, homologado em 11 de junho de 2019.

A Companhia utilizou o método da combinação de negócios realizada em estágios conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e IFRS 3. A Companhia mensurou novamente a participação anterior pelo seu valor justo, e a diferença para o valor contábil anterior foi reconhecida no resultado do exercício. A Companhia contratou uma consultoria especializada para elaboração do laudo de avaliação do valor justo à data de aquisição.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados a valor justo na data de aquisição. A tabela a seguir, resume a alocação do preço de compra preliminar com base no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente:

	<u>R\$' 000</u>	<u>R\$' 000</u>	<u>R\$' 000</u>
Ativos circulantes:			
Caixas e equivalentes de caixa	1.537	-	1.537
Contas a receber de clientes	9.010	-	9.010
Estoques	15.262	-	15.262
Impostos a recuperar	8.471	-	8.471
Outros ativos circulantes	7.954	-	7.954
	<u>42.234</u>	<u>-</u>	<u>42.234</u>
Ativos não circulantes:			
Impostos a recuperar	6.510	-	6.510
Imobilizado	105.999	5.515	111.514
Intangível	351	(20)	331
	<u>112.860</u>	<u>5.495</u>	<u>118.355</u>
Total do ativo	<u>155.094</u>	<u>5.495</u>	<u>160.589</u>
Passivos circulantes:			
Fornecedores	4.297	-	4.297
Partes Relacionadas	15.960	-	15.960
Empréstimos e financiamentos	43.110	-	43.110
Obrigações com pessoal	1.586	-	1.586
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.016	-	8.016
Outros passivos circulantes	4.077	-	4.077
	<u>77.046</u>	<u>-</u>	<u>77.046</u>
Passivos não circulantes:			
Obrigações com pessoal	962	-	962
Empréstimos e financiamentos	18.917	-	18.917
Partes Relacionadas	89.186	-	89.186
Passivo fiscal diferido	-	-	-
Provisão para riscos tributários e trabalhistas	1.130	-	1.130
	<u>110.195</u>	<u>-</u>	<u>110.195</u>
Ativos (Passivos) líquidos	<u>(32.147)</u>	<u>5.495</u>	<u>(26.652)</u>

A tabela a seguir, demonstra o ganho pela remensuração da participação anterior detida pela Eternit na CSC:

#### Remensuração da participação anterior

Participação anterior à combinação de negócios detida pela Eternit na CSC – 60%	(19.288)
Ganho (perda) na remensuração da participação anterior	3.297
Participação da Eternit	(15.991)

A tabela a seguir, demonstra o ágio ainda não alocado composto pelo valor da contraprestação transferida acrescida da participação anterior remensurada deduzida dos ativos (passivos) líquidos assumidos:

Contraprestação transferida (R\$1,00)	-
Valor justo da participação da Eternit	(15.991)
Participação da Eternit	(15.991)
Passivo líquido assumido após alocação inicial	(26.652)
Goodwill	10.661
Provisão para Perda em investimentos	(10.661)

Para fins fiscais, os valores de impostos dos ativos da CSC devem ser redefinidos com base nos valores de mercado dos ativos.

A CSC contribuiu com receitas no valor de R\$23.846 da Companhia para o período entre a data de aquisição e a data do relatório. Se a aquisição da CSC tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas da Companhia consolidadas para o exercício teriam sido acrescidas no montante total de R\$17.094, totalizando R\$ 40.940.

Na combinação de negócios foi apurado um Goodwill no valor de R\$10.661, o qual o grupo decidiu realizar a provisão para perda em investimento, por não haver expectativa de realização.

Está previsto no Plano de Recuperação Judicial a venda de ativos e/ou o negócio de louças, pertencentes a controlada CSC, conforme detalhado na nota 11.

## 9. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	159.956	118.027	57.187	-
Adições aos investimento	-	55.438	-	57.187
Mais Valia Ativos CSC – Combinação de Negócios	3.297	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	16.718	(20.675)	10.766	(15.629)
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	(10.437)	(8.463)	-	-
Consolidação CSC	-	-	(67.953)	-
Transferência para provisão para perdas em investimentos	(30.053)	15.629	-	15.629
Saldo final	<u>139.481</u>	<u>159.956</u>	<u>-</u>	<u>57.187</u>
Saldo da provisão para perda em investimentos	<u>-</u>	<u>(30.053)</u>	<u>-</u>	<u>(30.053)</u>

Investimentos nas controladas:

Conforme divulgado na nota 8, a Companhia adquiriu controle da CSC em 11 de junho de 2019 e, a partir dessa data, passou a consolidar a CSC.

31.12.2019 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Partic. %	Realiz. do lucro nos estoques	Resultado da equival. patrim.	Lucro não realizado nos estoques	Investimento temporário (*)	Saldo de investimento	Mais valia/ outros result. abrang.	Total em investiment o
Sama S.A. - Minerações Associadas	118.116	108.789	9.327	(6.916)	99,99%	892	(6.024)	-	-	9.327	(10.437)	9.327
Prel Empreendimento e Participações Ltda.	94.054	82.234	11.818	6.024	99,70%	-	6.006	-	-	11.783	-	11.783
Precon Goiás Industrial Ltda.	48.156	12.913	35.243	(155)	99,99%	-	(154)	-	-	35.241	-	35.241
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	146.852	192.739	(45.887)	4.201	60,00%	-	2.521	-	57.187	29.655	3.297	32.952
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	127.526	78.917	48.610	21.742	99,99%	(1.428)	20.312	(1.327)	-	47.277	-	47.277
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	24.091	21.190	2.901	(5.942)	99,99%	-	(5.941)	-	-	2.901	-	2.901
Total	<u>558.795</u>	<u>496.782</u>	<u>62.012</u>	<u>18.954</u>		<u>(536)</u>	<u>16.718</u>	<u>(1.327)</u>	<u>57.187</u>	<u>136.184</u>	<u>(7.140)</u>	<u>139.481</u>

(\*) Por conta do pedido de recuperação judicial da Eternit, determinados empréstimos da sua controlada – CSC tiveram seu vencimento antecipado e consequentemente as garantias vinculadas a estes contratos foram executadas. Assim, a Eternit passou a deter direitos com a CSC, no montante de R\$57.187 decorrentes de:

- i) Execução de garantias bancárias, de parte da dívida, no valor de R\$44.551.
- ii) Notas promissórias no valor de R\$12.636, decorrente de confissão de dívida pelo pagamento adicional realizado pela Companhia Colombiana de Cerâmica SAS referente a execução de garantias bancárias, em contra partida passou a deter o mútuo correspondente com a CSC, maiores detalhes na nota explicativa nº 20.

31.12.2018 Controladas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação %	Realiz. do lucro nos estoques	Result. da equival. Patrim.	Lucro não realiz. nos estoques	Investim. temporário	Saldo de investim.	Provisão para perdas em investim.	Total em investim.
Sama S.A. - Minerações Associadas	199.487	172.807	26.680	6.832	99,99%	664	7.496	(892)	-	25.789	-	25.789
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. (*)	6.293	499	5.794	1.019	99,70%	-	1.016	-	-	5.777	-	5.777
Precon Goiás Industrial Ltda.	56.141	20.743	35.398	4.235	99,99%	-	4.234	-	-	35.396	-	35.396
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	100.977	74.110	26.867	(5.773)	99,99%	193	(5.579)	101	-	26.965	-	26.965
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	22.807	13.964	8.843	(12.214)	99,99%	-	(12.213)	-	-	8.842	-	8.842
Subtotal controladas	<u>385.705</u>	<u>282.123</u>	<u>103.582</u>	<u>(5.901)</u>		<u>857</u>	<u>(5.046)</u>	<u>(791)</u>	<u>-</u>	<u>102.769</u>	<u>-</u>	<u>102.769</u>
Controlada em conjunto												
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	157.197	207.286	(50.089)	(26.049)	60,00%	-	(15.629)	-	57.187	27.134	(30.053)	57.187
Subtotal controlada em conjunto	<u>157.197</u>	<u>207.286</u>	<u>(50.089)</u>	<u>(26.049)</u>		<u>-</u>	<u>(15.629)</u>	<u>-</u>	<u>57.187</u>	<u>27.134</u>	<u>(30.053)</u>	<u>57.187</u>
Total controladora							<u>(20.675)</u>			<u>129.903</u>	<u>(30.053)</u>	<u>159.956</u>
Total consolidado							<u>(15.629)</u>			<u>27.134</u>	<u>(30.053)</u>	<u>57.187</u>

Informações financeiras resumidas sobre o empreendimento Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., consolidada a partir de 30 de setembro de 2019:

	31/12/2018		31/12/2018
Ativo circulante	43.245	Receita operacional líquida	42.593
Ativo não circulante	113.952	Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(46.766)
Total do ativo	157.197	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-
Passivo circulante	65.864	Despesas financeiras	(5.101)
Passivo não circulante	141.422	Receitas financeiras	1.314
Patrimônio líquido	(50.089)	Depreciação e amortização	(5.975)
Total do passivo e patrimônio líquido	157.197	Imposto de Renda e Contribuição Social	-
		Lucro (Prejuízo) líquido do período	(26.049)

## 10. PARTES RELACIONADAS

### a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Controladas</b>								
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	(20.568)	-	(16.705)	-	-	1.667	-
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	(17.537)	-	-	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	496	(30.473)	7.387	(10.478)	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	30	(22.657)	636	(22.327)	-	-	-	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	112	(17.616)	-	(1.529)	-	-	23	-
Sama S.A.	15	(26.065)	6.733	(36.641)	-	-	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	22.860	(102)	17.019	(91)	-	-	17.019	(91)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	5.716	(22)	3.195	-	-	-	-	-
<b>Total controladas</b>	<b>29.229</b>	<b>(135.040)</b>	<b>34.970</b>	<b>(87.771)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.709</b>	<b>(91)</b>
Circulante	3.136	(85.951)	8.830	(27.992)	-	-	1.764	(91)
Não circulante	26.093	(49.089)	26.140	(59.779)	-	-	16.945	-

(\*) A Controlada CSC era apresentada como controlada em conjunto, no consolidado Informações a partir de junho/2019.

Eternit S.A. – Em recuperação judicial

Ativo Controladas	Controladora													
	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Juros sobre o capital próprio		Adiantamento a fornecedores		Mútuo (iii)		Cessão de crédito (v)		Total	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/2019	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	30/09/18
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	-	1	-	-	496	3.205	-	-	-	4.181	496	7.387
Precon Goiás Industrial Ltda.	7	76	23	112	-	448	-	-	-	-	-	-	30	636
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	2.817	2.795	7.246	1.969	-	-	-	-	8.903	8.485	3.770	3.770	22.860	17.019
Sama S.A.	-	-	15	4.250	-	1.392	-	-	-	1.091	-	-	15	6.733
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	-	14	2.482	8	-	-	-	-	1.240	1.193	1.980	1.980	5.716	3.195
Total controladas	2.936	2.885	9.766	6.340	-	1.840	496	3.205	10.281	10.769	5.750	9.931	29.229	34.970

Ativo Controladas	Consolidado									
	Clientes (i)		Notas de débito (ii)		Mútuo (iii)		Conta corrente (iv)		Cessão de crédito (v)	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	7	-	-	-	1.660	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	-	2.795	-	1.969	-	8.485	-	-	-	3.770
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-
Subtotal controladas	-	2.795	-	1.999	-	8.485	-	1.660	-	3.770

Passivo Controladas	Controladora													
	Fornecedores(i)		Nota débito(ii)		Aluguel		Mútuo(iii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de Crédito		Total	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	(195)	-	-	-	-	(20.568)	(16.510)	-	-	(20.568)	(16.705)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.537)	-	-	-	(17.537)	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	(30.068)	(10.478)	(55)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.473)	(10.478)
Precon Goiás Industrial Ltda.	(162)	(62)	(183)	(71)	-	-	(22.312)	(22.194)	-	-	-	-	(22.657)	(22.327)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	(5)	(400)	(46)	(46)	(580)	(580)	(16.482)	-	-	(503)	(17.616)	(1.529)
Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	-	(102)	(91)	-	-	-	-	-	-	-	-	(102)	(91)
Sama S.A	396	412	(264)	(48)	-	-	(26.197)	(37.005)	-	-	-	-	(26.065)	(36.641)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	(22)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	-
Total	(29.856)	(10.128)	(609)	(805)	(46)	(46)	(49.089)	(59.779)	(54.587)	(16.510)	(503)	(503)	(135.040)	(87.771)

- (i) Os saldos de compras e vendas referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (fibra sintética) e/ou produtos acabados e prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas da Companhia.
- (ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.
- (iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, IRRF e variação de 100% e 122% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.
- (iv) Referem-se a valores transferidos à controlada Atena e Cordoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo e dação de imóveis em cumprimento do plano de recuperação judicial.
- (v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros.



As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes; a seguir estão demonstradas essas transações até 31 de dezembro de 2019.

Resultado Controladas	Controladora e Consolidado									
	Vendas		Compras		Despesas administrativas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Atena Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	(135)	(195)	-	-	-	-
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	-	-	-	-	(445)	-	-	-	-	-
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	-	-	(36.697)	(39.445)	-	-	-	-	-	-
Precon Goiás Industrial Ltda.	1.803	1.063	(468)	(28)	-	-	(1.044)	(1.020)	-	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	96	-	-	-	-	-	-	-	494	-
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	324	(470)	(614)	-	-	-	6
Sama S.A.	-	-	-	-	-	(400)	(1.585)	(2.269)	21	82
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	49	153	-	-	-	-	-	-	57	69
Total	<u>1.852</u>	<u>1.216</u>	<u>(37.165)</u>	<u>(39.149)</u>	<u>(1.050)</u>	<u>(1.209)</u>	<u>(2.629)</u>	<u>(3.289)</u>	<u>78</u>	<u>157</u>

## b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo reconheceu as despesas com remuneração e benefícios de curto e longo prazos do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários, honorários e benefícios	5.540	5.991	5.540	5.991
Encargos sociais	1.159	1.338	1.159	1.339
Bônus	1.977	1.440	1.977	4.185
Benefício pós-emprego	238	354	238	354
	<u>8.914</u>	<u>9.123</u>	<u>8.914</u>	<u>11.869</u>

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida pela Assembleia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária e estatuto social da Companhia.

Deste modo, foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 25 de abril de 2019 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal, fixado em até R\$12.000 para o exercício de 2019 (R\$12.165 para o exercício de 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a posição acionária da Diretoria era de 266 ações - ETER3 (51.399 ações - ETER3 no período findo em 31 de dezembro de 2018), conforme movimentação abaixo:

## Movimentação das ações da Diretoria

Em 31 dezembro de 2018	51.399
Venda	(41.900)
Outras saídas	(9.233)
Em 31 dezembro de 2019	<u>266</u>

## 11. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Condomínio Eldorado Bussiness Tower	796	796	796	796
Edifício Pantheon - São Paulo (*)	-	-	-	3.033
CSC – Maquinas e Equipos	-	-	121	-
Precon – Unidade Anápolis	-	-	4.021	-
Tégula – Unidade Anápolis	-	-	1.023	1.023
Tégula – Unidade Camaçari	-	-	935	935
Tégula – Unidade Frederico Westphalen	-	-	1.519	1.519
	<u>796</u>	<u>796</u>	<u>8.415</u>	<u>7.306</u>

(\*)Foi convencionado dação em pagamento a credores, conforme divulgado na nota 1.1, e conforme fato relevante publicado em 22 de Julho de 2019. O valor da dação foi de R\$40.400 com ganho bruto de R\$ 37.184.

Os ativos descritos acima encontram-se disponíveis para venda. O objetivo desta desmobilização dos ativos não operacionais é a realização de caixa para o Grupo. A venda dos ativos ocorrerá conforme as condições incluídas no plano de recuperação judicial.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial o Grupo deverá promover, no prazo de 21 meses a contar da data de homologação (11 de junho de 2019), a alienação de ativos para viabilizar o fluxo de caixa para pagamento dos credores concursais.

O valor justo por meio do resultado, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda.

Deste modo, o Grupo Eternit seguirá com o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, que prevê um prazo de 360 dias a contar da data de homologação, ou seja até 5 de junho de 2020, para realizar a primeira tentativa de leilão dos referidos ativos.

#### Alienação de Ativos relacionados a CSC

Está previsto no Plano de Recuperação Judicial a venda de ativos e/ou o negócio de louças, pertencentes a controlada CSC, relacionados no Anexo 5-C, do referido plano, a companhia não a considera como operação descontinuada, e, portanto, não classifica como ativo mantido para venda.

Além disso, os requisitos para registro contábil como mantido para venda, não estão satisfeitos, a saber:

- a) a venda ainda não é altamente provável;
- b) ainda não iniciou-se o programa de venda firme para localizar o comprador e concluir o plano;
- c) é improvável que a venda ocorra dentro de um ano.

## 12. IMOBILIZADO

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento
						Total
<u>Custo</u>						
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	3.178	35.979	256.564	1.130	11.235	458
Adições	-	-	-	-	-	5.836
Baixas	-	(109)	(864)	-	(166)	-
Transferências	-	81	4.692	677	77	(5.527)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	<u>3.178</u>	<u>35.951</u>	<u>260.392</u>	<u>1.807</u>	<u>11.146</u>	<u>767</u>
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	3.178	35.951	260.392	1.807	11.146	767
Adições	-	-	-	-	-	4.750
Baixas	-	-	(2)	-	-	-
Transferências	-	-	4.226	150	264	(4.640)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	<u>3.178</u>	<u>35.951</u>	<u>264.616</u>	<u>1.957</u>	<u>11.410</u>	<u>877</u>
Taxas médias de depreciação		4%	11,20%	20%	15%	
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	-	(22.475)	(140.795)	(796)	(8.562)	-
Adições	-	(815)	(9.017)	(61)	(781)	-
Baixas	-	89	800	-	163	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>(23.201)</u>	<u>(149.012)</u>	<u>(857)</u>	<u>(9.180)</u>	<u>-</u>
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	-	(23.201)	(149.012)	(857)	(9.180)	-
Adições	-	(815)	(10.280)	(182)	(606)	-
Baixas	-	-	2	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>(24.016)</u>	<u>(159.290)</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(9.786)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	-	(612)	(4.907)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	(612)	(4.907)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	(612)	(4.907)	-	-	-

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Imobilizações em andamento
						Total
<u>Perda por redução do valor Recuperável</u>						
Perda por redução ao valor recuperável – teste de impairment:						
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	(2.146)	(9.582)	(79.541)	(223)	(1.940)	-
Adições	(457)	(1.470)	(14.584)	(329)	-	-
Reversão	-	760	7.243	15	418	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	(2.603)	(10.292)	(86.882)	(537)	(1.522)	-
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	(2.603)	(10.292)	(86.882)	(537)	(1.522)	-
Reversão	552	2.878	24.192	134	602	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	(2.051)	(7.414)	(62.690)	(403)	(920)	-
<u>Valor residual</u>						
Em 31 de Dezembro de 2017	1.032	3.310	31.321	111	733	458
Em 31 de Dezembro de 2018	575	1.846	19.591	413	444	767
Em 31 de Dezembro de 2019	1.127	3.909	37.729	515	704	877

Os bens do ativo imobilizado dados em garantia, estão divulgados conforme nota explicativa nº 32.

	Consolidado							
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado
								Total
<u>Custo</u>								
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	5.894	72.423	624.922	22.726	24.717	24.276	623	-
Adições	-	-	-	-	-	-	6.738	-
Baixas	-	(114)	(2.050)	-	(169)	-	-	-
Transferências	-	178	5.207	720	104	-	(6.209)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	5.894	72.487	628.079	23.446	24.652	24.276	1.152	-
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	5.894	72.487	628.079	23.446	24.652	24.276	1.152	-
Saldo de aquisição CSC	798	47.946	78.423	48	2.733	-	317	-
Adições	-	-	-	-	-	-	8.313	5.515
Baixas	-	-	(282)	(11)	(23)	-	-	-
Transferências	-	-	4.462	150	313	-	(4.925)	-
Ativo disponível para venda	(32)	(5.837)	(3.066)	(8)	(277)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	6.660	114.596	707.616	23.625	27.398	24.276	4.857	5.515
Taxas médias de depreciação	-	4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%		

	Consolidado								
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	Total
<b>Depreciação acumulada</b>									
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	-	(45.077)	(395.656)	(21.756)	(18.993)	(9.035)	-	-	(490.517)
Adições	-	(1.717)	(20.453)	(388)	(1.614)	(1.142)	-	-	(25.314)
Baixas	-	90	1.611	-	165	-	-	-	1.866
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	(46.704)	(414.498)	(22.144)	(20.442)	(10.177)	-	-	(513.965)
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	-	(46.704)	(414.498)	(22.144)	(20.442)	(10.177)	-	-	(513.965)
Saldo de aquisição CSC	-	(4.791)	(17.624)	(15)	(1.836)	-	-	-	(24.266)
Adições	-	(2.571)	(23.380)	(364)	(1.462)	(1.132)	-	-	(28.909)
Baixas	-	(183)	273	11	17	-	-	-	118
Ativo disponível para venda	-	4.534	430	8	244	-	-	-	5.216
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	(49.715)	(454.799)	(22.504)	(23.479)	(11.309)	-	-	(561.806)
<b>Perda por redução do valor Recuperável</b>									
Perda de ativos por substituição da matéria-prima									
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	-	(876)	(6.521)	-	-	-	-	-	(7.397)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	-	(876)	(6.521)	-	-	-	-	-	(7.397)
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	-	(876)	(6.521)	-	-	-	-	-	(7.397)
Adição	-	(18)	(599)	-	(2)	-	-	-	(619)
Reversão	-	264	161	-	-	-	-	-	425
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	(630)	(6.959)	-	(2)	-	-	-	(7.591)
<b>Perda por redução do valor Recuperável</b>									
Perda por redução ao valor recuperável – teste de “impairment”									
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	(3.551)	(13.309)	(93.029)	(549)	(3.627)	(7.953)	(32)	-	(122.050)
Adições	(1.177)	(3.237)	(18.151)	(354)	(74)	-	(28)	-	(23.021)
Transferências	35	(35)	-	-	-	-	-	-	-
Reversão	-	1.371	9.598	87	755	1.590	-	-	13.401
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	(4.693)	(15.210)	(101.582)	(816)	(2.946)	(6.363)	(60)	-	(131.670)
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	(4.693)	(15.210)	(101.642)	(816)	(2.946)	(6.363)	-	-	(131.670)
Adição	-	(1.155)	(1.117)	-	(55)	(5.637)	(2)	-	(7.966)
Reversão	1.112	3.043	28.975	341	765	(965)	8	-	33.279
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	(3.581)	(13.322)	(73.784)	(475)	(2.236)	(12.965)	6	-	(106.357)
<b>Valor residual</b>									
Em 31 de Dezembro de 2017	2.343	13.161	129.716	421	2.097	7.288	591	-	155.617
Em 31 de Dezembro de 2018	1.201	9.697	105.478	486	1.264	7.736	1.092	-	126.954
Em 31 de Dezembro de 2019	3.079	50.929	172.074	646	1.681	2	4.863	5.515	238.789

### Perda por redução ao valor recuperável – teste de impairment

Anualmente, o Grupo faz revisão do valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). A última revisão realizada em dezembro de 2019, preparada por empresa especializada independente, efetuada com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de venda dos ativos, resultou em reversão parcial da provisão de perda por redução ao valor recuperável em 2019 no montante de R\$ 21.586 na controladora (em 2018 foi reconhecido provisão de R\$17.118 na controladora e R\$6.271 na controlada Tégula).

Sobre o saldo de perdas por redução ao valor recuperável reconhecida até o exercício de 2018, o efeito da reversão referente depreciação e amortização no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$7.750 na controladora e R\$12.962 no consolidado, registrados na rubrica “custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados” (R\$9.085 e R\$14.216 em 31 de dezembro de 2018).

A metodologia utilizada para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foi a de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC) de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra de polipropileno (Eternit da Amazônia) e de valor líquido de venda dos ativos para UGC Telhas de Concreto (Tégula).

Devido a paralisação das atividades da UGC de Mineração (SAMA) o Grupo reconheceu em 2019 “impairment” do ativo imobilizado no montante de R\$7.835. As premissas utilizadas estão detalhadas na nota nº 12.3.

A perda por redução ao valor recuperável foi incluída na rubrica “Perda estimada por não recuperabilidade de ativos, provisão para reestruturação e desmobilização”, na demonstração do resultado conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reversão (Perda estimada) por não recuperabilidade de ativos - Impairment	21.586	(17.118)	13.620	(23.390)
Total	<u>21.586</u>	<u>(17.118)</u>	<u>13.620</u>	<u>(23.390)</u>

#### 12.1. UGC de Telhas de Fibrocimento:

Para o teste de impairment 2019, o Grupo utilizou o orçamento 2020 aprovado pelo Conselho de Administração. As projeções de longo prazo conforme expectativa de vida útil remanescente dos ativos abrangem o período entre 2020 e 2045, foram consideradas como principais premissas a variação do PIB, inflação de longo prazo e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social considerando a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa quando aplicável.

Com a descontinuidade de uso do mineral crisotila na fabricação de telhas, conforme Fato Relevante divulgado em 10 de janeiro de 2019, a fábrica de fibra de polipropileno baseada em Manaus, passou ter função determinante para o segmento de fibrocimento, com o fornecimento de fibra sintética utilizada na fabricação de telhas de fibrocimento. Adicionalmente, como parte do processo de reestruturação dos negócios, a Administração do Grupo passou a considerar a planta de Manaus no conjunto do fibrocimento por sua relação de interdependência, alinhado ao seu modelo de gestão de negócio.

O modelo de negócios da Companhia foi revisto a partir da proibição do uso do amianto crisotila. Por outro lado, observou-se desde a proibição a inexistência de um mercado ativo de fibra de polipropileno, sendo as receitas de vendas da unidade de Manaus substancialmente provenientes de operações de transferência interna, 100% em 2019 e 98% em 2018. Portanto, os fluxos de caixa de Manaus são gerados inteiramente a partir do negócio Fibrocimento, cuja demanda estabelece o nível de

produção de fibra de polipropileno. A combinação desses ativos proporciona à Companhia a manutenção de sua posição de destaque no mercado nacional de fibrocimento.

A taxa de desconto utilizada baseada no custo médio ponderado de capital do Grupo (WACC) foi de 14,1% (14,7% em 2018).

O valor operacional do negócio da UGC de Telhas de Fibrocimento foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2019. Deste modo, o Grupo reverteu parcialmente a provisão para perda por recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis nesse segmento no montante de R\$ 21.586 (em 2018 provisão de R\$17.118).

#### 12.2. UGC Telhas de Concreto:

Com o objetivo de otimizar o parque fabril e consequentemente reduzir custos de operação, em decorrência da retração da demanda no mercado interno, no segmento de telhas de concreto, o Grupo desativou parte do parque fabril em 2017, passando a operar apenas na unidade situada em Atibaia-SP, impactando na unidade geradora de caixa.

Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da companhia, alocados em grupos de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, o Grupo utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda.

O valor resultante da avaliação a valor justo de despesa de venda foi de R\$ 34.604.

A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação:

- (i) Edificações e benfeitorias: custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não foram objeto de impairment.
- (ii) Terrenos: método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não foram objeto de impairment.
- (iii) Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos: valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não foram objeto de impairment.

Deste modo, o Grupo não registrou provisão para perda por recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangível nesse segmento em 2019 (em 2018, R\$6.271).

#### 12.3. UGC MINERAÇÃO:

A reserva mineral conhecida e prospectada tem vida útil para mais de 35 anos com base no volume de exportações realizadas em 2018.

Em fevereiro de 2019, foi publicado o acórdão referente à decisão do STF proferida em novembro de 2017 nos autos da ADI 3406, proibindo a extração e comercialização do amianto no Brasil. O Grupo suspendeu as operações da mina após protocolo dos embargos de declaração opostos pela entidade representativa do setor, que requerem efeito suspensivo da decisão até julgamento do mérito que apreciará o pedido de modulação, necessária para interrupção definitiva das atividades.

No ano de 2017, o Grupo já havia reduzido a expectativa de exploração da mina para um período de 5 anos, tendo constituído provisão para desmobilização da mina de crisotila, cujo saldo é de R\$5.732 em 31 de dezembro de 2019 (R\$21.040 em



31 de dezembro de 2018).

Para o teste de impairment 2019, devido a hibernação das atividades de mineração, o Grupo registrou uma provisão para perda por recuperabilidade dos ativos imobilizado nesse segmento correspondente a R\$6.979.

A Administração continua seus esforços no sentido de obter o direito de reestabelecer a operação da mina.

### 13. INTANGÍVEL

	Controladora		
	Software	Software em andamento	Total
<u>Custo</u>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	16.020	204	16.224
Adições	-	151	151
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	16.020	355	16.375
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	16.020	355	16.375
Adições	-	442	442
Transferência	797	(797)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>16.817</u>	<u>-</u>	<u>16.817</u>
<u>Vida útil (em anos)</u>	5		
<u>Amortização:</u>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(11.242)	-	(11.242)
Adições	(1.732)	-	(1.732)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(12.974)		(12.974)
Saldo em 1º de Janeiro de 2018	(12.974)	-	(12.974)
Adições	(1.675)	-	(1.675)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>(14.649)</u>	<u>-</u>	<u>(14.649)</u>

	Controladora		
	Software	Software em andamento	Total
<u>Perda por redução do valor Recuperável</u>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(3.381)	-	(3.381)
Adição	(278)		(278)
Reversão	649		649
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(3.010)	-	(3.010)
Reversão	978	-	978
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(2.032)	-	(2.032)
 Valor residual			
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1.397	204	1.601
Saldo em 1º de Janeiro de 2018	36	355	391
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	136	-	136

	Consolidado				
	Software	Deságio e Mais-valor do intangível	Marcas e patentes	Software em andamento	Total
<u>Custo</u>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	26.305	16.558	956	203	44.022
Adições	-	-	-	172	172
Transferências	22	-	-	(22)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	26.327	16.558	956	353	44.194
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	26.327	16.558	956	353	44.194
Saldo aquisição CSC	1.973	-	1	-	1.974
Adições	178	(20)	-	547	705
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	900	-	-	(900)	-
Ativo disponível para venda	(17)	-	-	-	(17)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	29.361	16.538	957	-	46.856
 <u>Vida útil (em anos)</u>	5				
<u>Amortização:</u>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(19.612)	-	-	-	(19.612)
Adições	(2.527)	-	-	-	(2.527)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(22.139)	-	-	-	(22.139)
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	(22.139)	-	-	-	(22.139)
Saldo aquisição CSC	(1.623)	-	-	-	(1.623)
Adições	(2.567)	-	-	-	(2.567)
Ativo disponível para venda	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(26.329)	-	-	-	(26.329)
 <u>Perda por redução do valor Recuperável</u>					
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(4.144)	(16.558)	(956)	-	(21.658)
Adições	(369)	-	-	-	(369)
Reversões	815	-	-	-	815
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	(3.698)	(16.558)	(956)	-	(21.212)
Adições	-	-	-	-	-
Reversões	1.269	-	-	-	1.269
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(2.429)	(16.558)	(956)	-	(19.943)
 Valor residual					
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	2.549	-	-	203	2.752
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	490	-	-	353	843
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	603	(20)	1	-	584

## 14. ATIVO DE DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES DE ARRENDAMENTO

O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do terreno e galpão industrial onde encontra-se instalada a fábrica de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março/2027. Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% ao ano, correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

Consolidado		
	Edifícios	Total
<u>Ativo</u>		
Adoção inicial ao CPC 06(R2)/IFRS16	12.506	12.506
Depreciação	(1.296)	(1.296)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>11.210</u>	<u>11.210</u>
<u>Passivo</u>		
Adoção inicial ao CPC 06(R2)/IFRS16	(12.506)	(12.506)
Pagamento	2.445	2.445
Correção	(1.149)	(1.149)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>(11.210)</u>	<u>(11.210)</u>
<u>Resultado</u>		
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	-	-
Depreciação	1.296	1.296
Juros	1.149	1.149
Total das despesas apropriadas no resultado de 2019	<u>2.445</u>	<u>2.445</u>

Até a publicação dessas informações, o contrato de locação dos imóveis do Ed. Pathernon dados em pagamento de dívidas bancárias não havia sido celebrado. Deste modo, não foi reconhecido, devendo ser reconhecido logo que seja celebrado.

## 15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado interno	9.315	9.158	15.677	15.745
Mercado externo	10.072	1.733	13.532	1.736
Mercado interno recuperação judicial (i)	15.564	12.839	30.317	20.003
Mercado externo recuperação judicial (i)	-	-	193	1.008
	<u>34.951</u>	<u>23.730</u>	<u>59.719</u>	<u>38.492</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1, totalizam na controladora R\$15.564, sendo, R\$12.812 da Classe III e R\$2.752 da Classe IV e no consolidado R\$29.946, sendo R\$25.953 da Classe III e R\$3.993 da Classe IV.

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

## a) Composição dos empréstimos e financiamentos.

	Encargos financeiros	Controladora					
		31/12/2019			31/12/2018		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional:							
Fiança honrada (ii) (iii)	1% a.a + 100% CDI.	-	9.327	9.327	30.222	-	30.222
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços (ii)	1% a.a + 100% CDI.	-	-	-	-	-	-
Para aquisição de matéria-prima (ii)	1% a.a + 100% CDI.	-	-	-	-	-	-
Conta Garantida (i)	8,47% a.a.	30.086	-	30.086	16.249	-	16.249
Desconto de recebíveis	10,20% a.a.	7.603	-	7.603	10.111	-	10.111
Total moeda nacional		<u>37.689</u>	<u>9.327</u>	<u>47.016</u>	<u>56.582</u>	<u>-</u>	<u>56.582</u>

## Moeda estrangeira (USD):

Para aquisição de máquinas, equipamentos	3,42% a.a e 3,46% a.a	-	-	-	587	-	587
Para aquisição de matéria-prima	3,15% e 3,64% a.a + V.C.	-	-	-	1.834	-	1.834
Total moeda estrangeira		-	-	-	2.421	-	2.421
		<u>37.689</u>	<u>9.327</u>	<u>47.016</u>	<u>59.003</u>		<u>59.003</u>

## Consolidado

		31/12/2019			31/12/2018		
	Encargos financeiros	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional:							
Para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços (ii)	1% a.a + 100% CDI.	-	54.435	54.435	4.218	32.101	36.319
Para aquisição de máquinas e equipamentos (ii)	1% a.a + 100% CDI.	-	-	-	-	-	-
Para aquisição de matéria-prima (ii)	1% a.a + 100% CDI.	-	-	-	-	-	-
Fiança honrada (ii)	1% a.a + 100% CDI.	-	9.327	9.327	30.222	-	30.222
Conta Garantida (i)	8,47% a.a.	30.085	-	30.085	16.249	-	16.249
Desconto de recebíveis	10,83% a.a.	13.190	-	13.190	10.111	-	10.111
Total moeda nacional		43.275	63.762	107.037	60.800	32.101	92.901
Moeda estrangeira (USD):							
Para aquisição de máquinas, equipamentos	3,42% a.a. e 3,46% a.a + V.C.	-	-	-	11.092	-	11.092
Para aquisição de matéria-prima	3,15% e 3,64% a.a +V.C.	-	-	-	1.834	-	1.834
Para capital de giro ACE (Adiantamento de contrato de exportação)	7,00% a.a.+ V.C.	6.537	-	6.537	25.098	-	25.098
Total moeda estrangeira		6.537	-	6.537	38.024	-	38.024
		49.812	63.762	113.574	98.824	32.101	130.925

- (i) Conta garantida vinculada Cessão Fiduciária de Duplicatas celebrada junto ao Banco Sofisa S.A. conforme divulgado em nota explicativa nº 32, incluindo encargos a apropriar.
- (ii) Do total da dívida bruta apresentada, R\$9.326 na controladora referem-se a empréstimos e financiamentos que compõem os credores da Classe III do plano de recuperação judicial, e R\$63.762 no consolidado, sendo R\$54.436 da Classe II e R\$9.326 da Classe III. Correção monetária foram aplicado aos montantes do consolidado para o saldo da Classe II. As liquidações estão previstas conforme nota explicativa nº 1.1
- (iii) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras ("covenants").

## Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 31/12/2018	59.003	130.925
Captação	161.067	688.311
Amortização	(151.997)	(697.435)
Combinação de Negócios - CSC	-	62.026
Fiança honrada - CSC	-	(19.955)
Juros e Encargos	2.203	7.416
Dação em Pagamento	(16.282)	(40.400)
Desconto Obtidos – Classe III RJ	(6.978)	(17.314)
Saldo Final em 31/12/2019	<u>47.016</u>	<u>113.574</u>

## Composição por vencimento

Vencimento	Controladora	Consolidado
2020	37.689	49.812
2021	200	1.366
2022	200	1.366
2023	200	1.366
2024	200	1.366
A partir de 2025	8.527	58.298
	<u>47.016</u>	<u>113.574</u>

Os pagamentos dos créditos quirografários seguirão o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

## 17. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
13º salário	-	-	-	-
Férias	6.360	5.976	8.366	9.393
Participação nos lucros e resultados	740	1.929	964	3.837
Bônus	2.163	1.911	2.647	5.555
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	458	433	742	524
Instituto nacional do seguro social – INSS (*)	9.635	9.926	12.748	14.579
Outros	81	8	157	94
	<u>19.437</u>	<u>20.183</u>	<u>25.624</u>	<u>33.982</u>
Circulante	11.773	11.537	15.650	19.872
Não circulante	7.664	8.646	9.974	14.110

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Reversão/Provisão de despesa com participação nos lucros e resultados	110	2.660	(923)	3.996
	<u>110</u>	<u>2.660</u>	<u>(923)</u>	<u>3.996</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar referente débitos junto ao INSS, que foram parcelados em até 84 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e em conformidade com a Lei 11.101/2005, totalizam na controladora R\$8.007, sendo R\$1.160 no passivo circulante e R\$6.847 no passivo não circulante e no consolidado R\$10.424, sendo R\$1.695 no passivo circulante e R\$8.729 no passivo não circulante com liquidação final prevista para 2025.

## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	-	-	86	2.677
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	-	-	1	780
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	5.203	5.990	6.380	8.453
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	1.631	1.520	1.632	1.756
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	3	766	530	1.176
Programa de integração social – PIS	15	167	97	248
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	418	936	711	1.207
Imposto sobre operações financeiras – IOF	9	9	137	
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais – CFEM	-	-	-	873
Instituto nacional de seguro social- INSS	-	-	-	-
Imposto sobre qualquer natureza – ISS	44	36	62	
Parcelamento de tributos (**)	21.967	23.099	58.597	38.240
Outros	138	151	100	358
	<u>29.428</u>	<u>32.674</u>	<u>68.333</u>	<u>55.768</u>
Circulante	11.716	13.318	19.559	23.227
Não circulante	17.712	19.356	48.774	32.541

(\*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais Produzir e Desenvolve na controladora, Produzir na controlada Tégula.

(\*\*) Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar referente débitos tributários parcelados, em até 84 parcelas, para Receita Federal do Brasil e Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizam na controladora R\$5.415 no passivo circulante e R\$ 16.552 no passivo não circulante e no consolidado R\$ 11.501 no passivo circulante e R\$ 47.096 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2025.

## 19. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

## a) Benefícios futuros de saúde:

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) e Pensão Alimentícia Vitalícia aos ex-empregados da controladora Eternit e da controlada Sama. As premissas e os cálculos foram revisados e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O impacto referente a remensuração do plano reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a R\$6.613 na controladora e R\$3.120 no consolidado.

## (i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de desconto nominal	6,47%	8,90%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,87%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	3,500%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Aging factor real	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade	Suavizada em 10%	Suavizada em 10%

## (ii) Passivo dos planos de benefícios pós-emprego

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante	2.622	3.269	7.118	6.515
Não circulante	37.725	39.387	94.486	76.790
	<u>40.347</u>	<u>42.656</u>	<u>101.604</u>	<u>83.305</u>

## b) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2019:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo atuarial líquido no início do exercício	42.656	41.809	83.305	68.830
Custo dos juros e serviços do exercício	3.651	3.245	17.131	10.354
Benefícios pagos	(2.640)	(2.926)	(5.949)	(4.870)
Ajustes de experiência (*)	(3.320)	528	7.117	8.991
Passivo atuarial líquido no final do exercício	<u>40.347</u>	<u>42.656</u>	<u>101.604</u>	<u>83.305</u>

(\*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes.

## c) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	40.347	2.276	(2.088)	40.347	2.242	(2.079)
Variação		<u>5,64%</u>	<u>(5,18%)</u>		<u>5,56%</u>	<u>(5,15%)</u>
Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	101.604	5.579	(5.056)	101.064	5.079	(4.728)
Variação		<u>5,49</u>	<u>(4,98%)</u>		<u>5,00%</u>	<u>(4,65%)</u>

## d) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019*	31/12/2018	31/12/2019*	31/12/2018
Dentro dos próximos 12 meses	2.622	3.269	7.118	6.515
Entre 2 e 5 anos	11.643	14.594	30.762	28.882
Após 5 anos	78.881	24.793	192.637	47.908
	<u>93.146</u>	<u>42.656</u>	<u>230.517</u>	<u>83.305</u>

\* Com inflação

## e) Plano de suplementação de aposentadoria:

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2019.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contribuições efetuadas no exercício	<u>510</u>	<u>1.212</u>	<u>738</u>	<u>2.164</u>

## 20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de clientes	2.296	4.382	3.509	5.850
Comissões no mercado interno	3.730	3.655	3.910	4.521
Comissão no mercado externo			1.111	
Provisão para destinação resíduos (*)	6.301	7.619	6.301	7.619
Provisão para garantia	481	747	591	930
Fretes a pagar	(48)	-	2.291	4.399
Colcerâmica - Companhia Colombiana de Cerâmica S.A.S (**)	7.210	13.719	50.004	13.719
Outras contas a pagar (***)	2.170	3.858	6.906	11.471
	<u>22.140</u>	<u>33.980</u>	<u>74.623</u>	<u>48.509</u>

(\*) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o amianto crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou devoluções.

(\*\*) Em decorrência do evento da recuperação judicial, os valores devidos pela controlada CSC foram antecipados e executados por instituições financeiras, no exercício de 2018. Tais valores devidos pela CSC eram garantidos pela Colcerâmica e Eternit. Adicionalmente, as instituições financeiras executaram a garantia em montante excedente ao montante devido pela Colcerâmica e como resultado a Eternit celebrou em 27 de abril de 2018, instrumento de dívida com a Colcerâmica cujo saldo corresponde de R\$ 50.004 em 31 de dezembro de 2019.

(\*\*\*) Referem-se substancialmente a provisão para serviços prestados.

## 21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro do Grupo, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos trabalhistas	44.952	48.645	58.616	62.477
Processos cíveis	3.978	4.200	9.089	11.317
Processos tributários	12.455	14.373	18.915	40.559
	<u>61.385</u>	<u>67.218</u>	<u>86.620</u>	<u>114.353</u>

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2018	41.714	3.284	10.097	55.095
Adições	12.197	302	9.244	21.743
Reversões	(2.742)	(212)	(4.974)	(7.928)
Baixas	(1.703)	5	6	( 1.692)
Transferências	(821)	821	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	<u>48.645</u>	<u>4.200</u>	<u>14.373</u>	<u>67.218</u>



	Controladora			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	48.645	4.200	14.373	67.218
Adições	6.217	206	1.716	8.139
Baixas	(928)	(23)	-	(951)
Reversões	(8.982)	(405)	(3.634)	(13.021)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	44.952	3.978	12.455	61.385

  

	Consolidado			
	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2018	57.289	9.669	36.388	103.346
Adições	14.651	1.206	13.752	29.609
Reversões	(6.715)	(384)	(9.438)	(16.537)
Baixas	(1.927)	5	(143)	(2.065)
Transferências	(821)	821	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	62.477	11.317	40.559	114.353
Saldo em 1º de Janeiro de 2019	62.477	11.317	40.559	114.353
Adições	8.070	1.098	5.926	15.094
Baixas	(961)	(24)	-	(985)
Reversões	(11.006)	(3.703)	(28.263)	(42.972)
Combinação de negócio	36	401	693	1.130
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	58.616	9.089	18.915	86.620

- i) Na área trabalhista e cível, as principais provisões englobam:
- Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.
  - Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra o Grupo. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são: Exclusão das seguintes condenações:
    - indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões;
    - indenização por danos morais no valor de R\$50 em favor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;
    - toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores.

Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$100 mil e R\$50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex- colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, tendo sido denegado. A Eternit interpôs agravo de instrumento que se encontra pendente de julgamento. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$21.110.

- c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$1 bilhão. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$800. O grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional Federal condenado o Grupo no valor de R\$50 milhões a título de dano moral coletivo entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão perante o TST, tendo sido inadmitido o recurso. Desta decisão a Eternit interpôs agravo de instrumento, tendo sido admitido o recurso em parte. Foram opostos embargos de declaração pelo MPT, tendo sido rejeitados. Foi confirmado pelo TST o recebimento em parte do recurso da Eternit, tendo sido concedido efeito suspensivo. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente. Ambas as partes apresentaram Recurso ordinário que se encontram pendente de julgamento. Parte desta decisão foi considerada como Provável no que diz respeito a obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação a obrigação de custear assistência médica a todos os ex empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto.
  - d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$3.004, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante em exercícios anteriores, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contenham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro.
- ii) Na área tributária as principais provisões englobam:
- a) Cobrança de débito fiscal por supostas diferenças nos valores recolhidos ou creditados a título de ICMS;
  - b) Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
  - c) Diferença de valores reconhecidos relacionados à CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.
- iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2019, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com probabilidade de perda possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R\$111.292 (R\$76.358 em 31 de dezembro de 2018), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos como possível e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações financeiras:

- a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor do pedido das ações montam em R\$50.000. A Ação civil pública referente à saúde foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$500 milhões a título de danos morais coletivos entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, que se encontra pendente de julgamento. A ação de natureza ambiental foi julgada parcialmente procedente com a condenação em R\$31.423, a título de dano moral coletivo entre outros, tendo sido apresentado recurso perante o Tribunal Regional Federal, julgado parcialmente procedente para a retirada de algumas obrigações acessórias, mantendo a condenação de danos morais coletivos. Foram apresentados embargos de declaração pelo Grupo.
- b) Ação Civil Pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.
- c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item ii "b", desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo.
- d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$85 milhões. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações foram julgadas parcialmente procedentes, para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto em sua atividade empresarial. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou o uso do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de novembro de 2018, foram julgados improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$85 milhões. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpuseram Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos a primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT.
- e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R\$225 milhões. A ação encontra-se em fase de instrução. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, que se encontra em fase pericial.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

## 22. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM, conforme Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Valor presente dos desembolsos esperados</u>		
2020	1.742	-
2021	1.817	-
2022	742	-
2023 a 2034	2.516	21.040
	<u>6.817</u>	<u>21.040</u>

A recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034 conforme alterações de prazo já detalhadas no contexto operacional.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.173 (R\$1.468 em 31 de dezembro de 2018), e o valor revertido da provisão foi de R\$ 7.284 em 31 de dezembro de 2019.

Conforme fato relevante os colaboradores da controlada Sama foram desligados, com isso os valores rescisórios foram revertidos da provisão para desmonte da mina no montante de R\$8.118.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social do Grupo, totalmente subscrito e integralizado era de R\$338.967 (R\$ 334.251 em dezembro de 2018) e estava representado por 31.773.929 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído como segue:

Composição acionária	31/12/2019		31/12/2018	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	11.648	23.742.647	8.768	22.351.968
Pessoas jurídicas	64	551.225	73	581.561
Pessoas residentes no exterior	9	524.053	8	257.716
Clubes, fundos e fundações	36	6.946.216	35	6.632.300
	<u>11.757</u>	<u>31.764.141</u>	<u>8.884</u>	<u>29.823.545</u>
Ações em tesouraria	<u>1</u>	<u>9.788</u>	<u>1</u>	<u>9.788</u>
	<u>11.758</u>	<u>31.773.929</u>	<u>8.885</u>	<u>29.833.333</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

Em 20 de setembro de 2019 foi homologado o aumento de capital da companhia em R\$4.716 representado por 1.940.596 ações.

O preço de emissão das novas ações foi fixado nos termos das regras previstas no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das S.A, e respeitadas as disposições do Parecer de Orientação CVM nº. 1, de 27 de dezembro de 1978, conforme alterado, ou seja, conjuntamente pela perspectiva de rentabilidade da Companhia; pelo valor do patrimônio líquido da ação; e, pela cotação das ações na B3 ("Valor de Mercado").

O Valor Econômico foi apurado mediante laudo elaborado por empresa especializada escolhida pela administração da Eternit, cabendo à empresa especializada definir o critério e a metodologia para mensuração do valor econômico.

O Valor Patrimonial foi definido com base no balancete ou balanço (demonstrações financeiras padronizadas) divulgado ao mercado pela Eternit, nas Informações Trimestrais da data-base de 31/03/2019, antes da RCA.

O Valor de Mercado foi definido com base na cotação de fechamento dos 30 (trinta) pregões realizados no ambiente da B3 que antecederem a RCA.

Para fins de definição do Preço de Emissão, foi desconsiderado o menor Preço de Emissão indicado pelo Valor Econômico, pelo Valor Patrimonial e pelo Valor de Mercado, ou seja, foi desconsiderado o Valor Patrimonial. O Preço de Emissão foi fixado pela média aritmética do Valor Econômico e Valor de Mercado.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado das 9.788 mil ações em tesouraria era de R\$41(R\$27 em dezembro de 2018), contabilizadas ao valor histórico de R\$174.

c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do período atribuível aos controladores	(12.647)	(149.368)
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	31.764	29.824
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,3980)	(5,0084)

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) Dividendos

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2019, representam:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Dividendos e juros sobre o capital próprio de exercícios anteriores	-	23
	-	23

## 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesas) de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	12.821	(147.170)	44.439	(133.322)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social, à alíquotas nominais	(4.359)	50.038	(15.109)	45.329
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	5.684	(7.029)	3.660	(5.314)
Incentivo fiscal	-	-	2.894	752
Provisão para bônus e honorários da diretoria	(859)	(765)	(1.442)	(1.958)
Reversão da perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	9.974	(2.731)	10.868	(3.119)
Baixa de impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	(25.468)	-	(30.776)	-
Compensação do prejuízo fiscal e base negativa	-	-	1.569	-
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos	4.655	(16.071)	1.616	(22.555)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.526)	(28.505)	(20.514)	(31.851)
Outras (adições) exclusões líquidas	(568)	2.865	(9.831)	(448)
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do período	(25.467)	(2.198)	(57.065)	(16.045)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(16.730)	(10.615)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.467)	(2.198)	(40.335)	(5.430)
	(25.467)	(2.198)	(57.065)	(16.045)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	77.717	63.191	114.282	95.337
Benefícios pós emprego	13.718	14.503	34.545	25.003
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.989	14.051	17.743	27.459
Lucros não realizados nos estoques	-	-	684	407
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	2.145	1.938	3.592	3.331
Provisão para participação nos lucros e resultados	251	656	25	1.123
Mercadorias não embarcadas	-	-	3.408	3.744
Perda por redução ao valor recuperável (*)	27.550	37.524	37.877	48.865
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	2.704	3.573	5.857	6.546
Provisão Perda Remonte Mina	-	-	1.374	3.451
Efeitos da combinação de negócio – CSC	(1.121)	-	(2.253)	-
Outras provisões	4.349	3.521	(8.878)	(381)
Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos	(61.585)	(59.724)	(94.868)	(91.100)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	(77.717)	(53.765)	(113.630)	(83.690)
	-	25.468	(242)	40.095

(\*) Vide nota explicativa 12 e 13.

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro 2019, o montante de R\$ 320.735 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 265.014 em 2018) e R\$ 378.871 da base negativa de contribuição social (R\$ 323.151 em 2018), o Grupo não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa. Ambos em virtude de não haver projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

## 25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	554.486	414.467	637.431	666.191
Receita bruta de prestação de serviços	-	753	-	753
Receita bruta de locação de imóveis	-	-	1.326	1.571
Descontos e abatimentos incondicionais	(3.192)	(1.312)	(3.447)	(1.539)
Impostos incidentes sobre as vendas (*)	(134.222)	(102.460)	(146.639)	(130.071)
	<u>417.072</u>	<u>311.448</u>	<u>488.671</u>	<u>536.905</u>

(\*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na nota 34.

## 26. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(362.407)	(297.987)	(420.101)	(432.786)
Despesas com vendas	(35.631)	(36.244)	(50.697)	(71.903)
Despesas gerais e administrativas	(35.652)	(42.175)	(60.260)	(72.259)
Remuneração da Administração	(8.914)	(9.123)	(8.914)	(11.869)
	<u>(442.604)</u>	<u>(385.529)</u>	<u>(539.972)</u>	<u>(588.817)</u>
Matéria-prima consumida	(247.092)	(172.917)	(233.726)	(267.599)
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias (i)	-	(521)	-	(521)
Despesas com pessoal e encargos	(87.021)	(89.538)	(124.905)	(118.089)
Materiais, energia elétrica e serviços	(48.685)	(42.449)	(64.489)	(53.639)
Serviços de terceiros	(16.649)	(19.579)	(29.989)	(42.972)
Depreciação e amortização (ii)	(5.809)	(3.321)	(18.514)	(13.625)
Comissões sobre vendas	(12.017)	(8.400)	(14.434)	(12.557)
Despesas de vendas variáveis (iii)	-	-	(580)	(10.773)
Aluguel de bens móveis	(6.362)	(6.604)	(8.758)	(8.778)
Gastos de paradas (vi)	-	-	(13.869)	(3.993)
Despesas com viagens	(3.782)	(3.072)	(5.614)	(4.077)
Despesas com material e serviços de informática	(2.447)	(3.018)	(5.529)	(4.179)
Propaganda e publicidade	(310)	(822)	(761)	(1.088)
Contribuição para entidades de classe	(318)	(312)	(1.987)	(1.735)
Impostos e taxas	(4.423)	(1.538)	(6.541)	(3.304)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(703)	(2.536)	(1.155)	(3.903)
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	854	(5.718)	(961)	(8.178)
Ineficiência fabril (iv)	-	(13.257)	-	(13.257)
Substituição de produto avariado	(1.708)	(1.475)	(1.714)	(1.475)
Garantia de qualidade	(5.263)	(4.590)	(5.934)	(4.663)
Despesas referentes ao processo de recuperação judicial (v)	-	(5.195)	-	(8.991)
Outras	(869)	(667)	(512)	(1.421)
	<u>(442.604)</u>	<u>(385.529)</u>	<u>(539.972)</u>	<u>(588.817)</u>

- (i) Quebra no processo produtivo em função de maior participação de fibras sintéticas como matéria-prima.
- (ii) Contempla o valor de depreciação de ineficiência fabril de R\$51 na controladora e de parada excepcional R\$140 no consolidado (Em 2018 controladora R\$931 e no consolidado R\$1.887).
- (iii) Despesa com "royalties" variáveis sobre o faturamento da controlada Sama pago ao governo do estado de Goiás.
- (iv) Contempla R\$13.869 de gastos com hibernação da mineradora Sama.
- (v) Contempla os valores de consultoria e despesas legais referente ao processo de recuperação judicial.
- (vi) Ociosidade parcial de plantas devido a paralisação das empresas Sama e Precon.

## 27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras receitas operacionais:				
Venda de bens do imobilizado	-	803	40.400	838
Aluguéis	-	-	996	814
Recuperação de Tributos	2.248	2.903	6.942	7.129
Benefício ICMS crédito estímulo (*)	-	-	10.363	4.912
Remensuração Investimento CSC	3.297	-	3.297	-
Outras	921	955	9.255	1.799
	<u>6.466</u>	<u>4.661</u>	<u>71.253</u>	<u>15.492</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.347	(12.474)	26.387	(8.412)
Provisão para benefício pós-emprego	(4.280)	(3.245)	(17.698)	(10.354)
Recuperação ambiental	-	-	6.111	(1.468)
Impostos sobre outras vendas	(19)	-	(134)	-
Impostos e taxas	(1.427)	(865)	(1.431)	(4.070)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	-	(87)	(8.833)	(128)
Perda em títulos diversos	-	-	-	-
Outras	(2.491)	(3.028)	(7.951)	(4.356)
	<u>(3.870)</u>	<u>(19.699)</u>	<u>(3.549)</u>	<u>(28.788)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>2.596</u>	<u>(15.038)</u>	<u>67.704</u>	<u>(13.296)</u>

- (\*) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia.



## 28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre financiamentos	-	(159)	-	(1.345)
Juros sobre mútuo	(3.319)	(3.289)	(643)	-
Juros passivo	(5.339)	(2.610)	(12.159)	(4.241)
Juros de parcelamentos de tributos	(3.189)	(7.319)	(4.649)	(14.641)
Despesas bancárias	(1.767)	(2.075)	(2.404)	(2.700)
Descontos concedidos	(819)	(1.678)	(887)	(1.704)
IOF	(1.792)	(988)	(1.867)	(1.071)
PIS e COFINS	(671)	-	(3.340)	(233)
Variações Cambiais passivas	(346)	(580)	(7.721)	(24.427)
Variações monetárias passivas	-	(2)	-	(39)
Variações monetárias passivas das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(3.085)	(11)	(7.176)
Outras	(154)	(275)	1.334	(430)
	<u>(17.396)</u>	<u>(22.060)</u>	<u>(35.015)</u>	<u>(58.007)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento aplicações financeiras – incluindo certificado de depósitos bancários	5	130	17	459
Descontos obtidos	12.985	115	23.534	280
Juros ativos	615	870	6.114	2.222
Juros sobre mútuo	735	722	641	565
Variações monetárias ativas	655	598	4.757	634
Variações cambiais ativas	120	574	6.990	26.413
Outras	-	-	-	-
	<u>15.115</u>	<u>3.009</u>	<u>42.053</u>	<u>30.573</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.281)</u>	<u>(19.051)</u>	<u>7.038</u>	<u>(27.434)</u>

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento contemplando a fibra de polipropileno, Mineral Crisotila (hibernação), Telhas de Concreto, Louças e outros. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis a esses segmentos.

Controladora e Consolidado	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Mercado interno
Mineral crisotila	Mercados externo
Telhas de concreto	Mercado interno
Louças	Mercado interno
Outros	Mercado interno

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão apresentadas a seguir:

31/12/2019						
	Fibrocimento	Mineral crisotila (**)	Telhas de concreto	CSC A partir de Junho/19	Outros (*)	Total consolidado
Receitas Líquidas:						
Mercado Interno	421.681	-	16.104	23.026	734	461.545
Mercado Externo	-	26.306	-	820	-	27.126
Receitas de vendas para terceiros	421.681	26.306	16.104	23.846	734	488.671
Receitas entre segmentos	102.378	(244)	78	-	543	-
Vendas Líquidas totais	524.059	26.062	16.182	23.846	1.277	488.671
Custo dos produtos vendidos	(435.732)	(25.615)	(14.852)	(28.939)	-	(420.101)

31/12/2019

	Fibrocimento	Mineral crisotila (**)	Telhas de concreto	CSC A partir de Junho/19	Outros (*)	Eliminações	Total consolidado
Lucro (prejuízo) Bruto	88.327	447	1.330	(5.093)	1.277	(17.718)	68.570
Receitas (despesas) operacionais	(36.873)	225	(6.255)	7.228	20.624	(16.118)	(31.169)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	51.454	672	(4.925)	2.135	21.901	(33.836)	37.401
Venda de produtos (em tonelada):							
Venda de produtos para terceiros (Fibrocimento)	571.255	-	-	-	-	-	571.255
Venda de produtos para terceiros (Mineral Crisotila)	-	15.830	-	-	-	-	15.830
Venda de produtos entre segmentos	7.840	-	-	-	-	(7.840)	-
Venda de produtos para terceiros (em mil peças)	-	-	7.306	702.674	-	-	709.980
Investimento no período	5.304	9	315	2.313	2	-	7.943
Depreciação e amortização	(10.142)	(1.398)	(1.167)	(5.768)	(39)	-	(18.514)
Perda por redução por valor recuperável	(194)	-	-	-	-	-	(194)
Ativo total	562.847	118.139	24.105	147.086	94.054	(400.644)	545.587
Passivo total	481.817	108.811	21.203	192.974	82.236	(338.632)	548.409
Patrimônio líquido	81.030	9.328	2.902	(45.888)	11.818	(62.012)	(2.822)

(\*\*) Conforme Fato Relevante divulgado em 31 de maio de 2019, em face da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 3.406, os ativos imobilizados da SAMA estão sendo mantidos em condição de pronta retomada de produção ("hibernação"). Em novembro de 2019 foi iniciado o processo de exportação do material acabado que estava em estoque.

31/12/2018

	Fibrocimento	Mineral crisotila	Telhas de concreto	Outros	Eliminações	Total Consolidado
Receitas Líquidas:						
Mercado Interno	355.581	10.230	24.689	805	-	391.305
Mercado Externo	-	145.600	-	-	-	145.600
Receitas de vendas para terceiros	355.581	155.830	24.689	805	-	536.905
Receitas entre segmentos	48.433	9.329	-	685	(58.447)	(0)
Vendas Líquidas totais	404.013	165.159	24.689	1.490	(58.447)	536.905
Custo dos produtos vendidos	(373.075)	(88.645)	(19.793)	-	48.727	(432.786)
Lucro Bruto	30.939	76.514	4.896	1.490	(9.720)	104.119
(Despesas) Receitas operacionais	(143.641)	(56.609)	(15.477)	(10)	5.730	(210.007)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(112.702)	19.905	(10.581)	1.480	(3.990)	(105.888)
Venda de produtos (em tonelada)						
Venda de produtos para terceiros (Fibrocimento)	458.557	-	-	-	-	458.557
Venda de produtos para terceiros (Mineral Crisotila)	-	119.119	-	-	-	119.119
Venda de produtos entre segmentos	4.860	4.594	-	-	(9.454)	-
Venda de produtos para terceiros (em mil peças)	-	-	14.998	-	-	14.998
Investimento no período	6.227	518	153	12	-	6.910
Depreciação e Amortização	(8.055)	(4.266)	(1.281)	(23)	-	(13.625)
Perda por redução por valor recuperável	(17.118)	-	(6.272)	-	-	(23.390)
Ativo total	566.943	199.487	22.807	35.580	(255.681)	569.136
Passivo Total	492.451	172.807	13.964	29.785	(152.099)	556.909
Patrimônio líquido	74.491	26.680	8.843	5.794	(103.582)	12.227

### 30. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados pelo Grupo, sob orientação de seus consultores de seguros, contra eventuais riscos, estão relacionados a seguir. Esses seguros têm vencimento médio em julho de 2020.

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral, lucros cessantes, veículos e D&O.	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$327.230 + 100% da Tabela FIPE

### 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 31.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

##### a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Ativos financeiros:</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	3.871	6.438	9.358	9.181
Contas a receber	42.374	46.514	56.738	125.247
Partes relacionadas	29.229	31.765	-	18.709
Total dos ativos financeiros	<u>75.474</u>	<u>84.717</u>	<u>66.096</u>	<u>153.137</u>
<u>Passivos financeiros:</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	(34.679)	(23.730)	(58.933)	(38.492)
Empréstimos e financiamentos	(47.016)	(59.003)	(113.574)	(130.925)
Partes relacionadas	(135.040)	(87.771)	-	(91)
Obrigações de arrendamento	-	-	(11.210)	-
Outros passivos (*)	(22.139)	(33.980)	(74.623)	(48.509)
Total passivos financeiros	<u>(238.874)</u>	<u>204.484</u>	<u>(258.340)</u>	<u>(218.017)</u>

(\*) Não considerado o montante de R\$6.301 e R\$481 na controladora e R\$6.301 e R\$591 no consolidado, referente a provisão para destinação de resíduos e provisão para garantias, divulgado na nota explicativa nº 20 (Em 31 de dezembro de 2018 R\$7.619 e R\$747 na controladora e R\$7.619 e R\$930 no consolidado).

##### b) Hierarquia do valor justo por meio do resultado

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possuía instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

#### 31.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros são captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: i) Risco de taxa de juros, ii) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos, tais como fibra sintética (contexto operacional) e iii) Riscos associados ao crescimento.

## i. Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019 (US\$1,00 = R\$1,00)
Cientes no mercado externo	9.200	70.219	4,0307 US\$
Fornecedores no mercado externo	(13.725)	(2.744)	4,0307 US\$
Adiantamento de contrato de exportação	(6.537)	(25.098)	4,0307 US\$
Financiamentos	-	(12.926)	4,0307 US\$
Total da exposição cambial	(11.062)	29.451	

- **Análise de sensibilidade**

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2019, conforme abaixo.

SalDOS (moeda estrangeira)	Risco	Taxa	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
		Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD		4,0307	2,01535	3,023025	5,038375	6,04605
Cientes mercado externo	USD	9.200	(4.600)	(2.300)	2.300	4.600
Fornecedores mercado externo	USD	(13.725)	6.863	3.431	(3.431)	(6.863)
ACE	USD	(6.537)	3.269	1.634	(1.634)	(3.269)
Total das exposições		(11.062)	5.532	2.765	(2.765)	(5.532)

## ii. Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	-	3.275	3.225	4.081
Empréstimos e financiamentos	(9.327)	-	(63.762)	-
Total da exposição à taxa de juros	(9.327)	3.275	(60.537)	4.081

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária.

Análise de sensibilidade para curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

	Indexador	Posição em 31/12/2019	Projeção receitas financeiras - um ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras - consolidado		4,59%	2,30%	3,44%	5,74%	6,89%
CDI						
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	3.225	(74)	(37)	37	74
Total		3.225	(74)	(37)	37	74

  

	Indexador	Posição em 31/12/2019	Projeção despesas financeiras - um ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos e financiamentos - consolidado		4,59%	2,30%	3,44%	5,74%	6,89%
CDI						
Empréstimos e financiamentos	CDI	(63.762)	1.466	727	(727)	(1.466)
		(63.762)	1.466	727	(727)	(1.466)

### iii. Riscos de crédito

#### *Contas a receber*

O risco de crédito dos clientes é administrado pelo Grupo, e é entendido que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes. Esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "perda estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

O Grupo avalia periodicamente a sua carteira de clientes e para 31 de dezembro de 2019, nenhum cliente individualmente possuía representatividade significativa em comparação ao total das contas a receber e faturamento individual e consolidado.

#### *Depósitos à vista e aplicações financeiras*

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados ao caixa e equivalentes de caixa. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações, pois somente realiza aplicações em instituições sediadas no Brasil avaliadas por agências de rating.

### iv. Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve alterações significativas no risco de liquidez do Grupo desde 30 de dezembro de 2019.

v. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2018.

### 32. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$1.788, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$4.456, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com o Grupo;
- (iii) Fiança bancária, no montante de R\$1.510, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à agência de Fomento Goiás, firmado com a controlada Tégula;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$417, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 29 de janeiro de 2016 a 29 de janeiro de 2021;
- (v) Seguro garantia, no montante de R\$6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A. para amparar a ação anulatória referente a cobrança de débitos fiscais de COFINS, com vigência de 26 de outubro de 2015 a 26 de outubro de 2020;
- (vi) Seguro garantia, no montante de R\$457, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a Eternit a tomadora e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., com vencimento em 25 de fevereiro de 2020;
- (vii) Seguro garantia, no montante de R\$274, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a controlada Precon a tomadora e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., com vencimento em 25 de fevereiro de 2020;
- (viii) Seguro garantia, no montante de R\$265, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica, sendo a controlada Cia Sulamerica de Ceramica S/A a tomadora e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda., com vencimento em 08 de fevereiro de 2021;
- (ix) Cessão fiduciária de recebíveis Eternit em favor do Banco Sofisa S.A. no montante de R\$ 29.851, cujo saldo foi 100% utilizado em 31 de dezembro de 2019.;
- (x) Cessão de Crédito para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), junto a CREDITISE, sendo as empresas tomadoras: Companhia Sulamericana de

- Cerâmica, R\$3.194, Eternit da Amazônia Ind de Fobrocimento, R\$ 1.927 e Tégula Soluções para Telhados Ltda, R\$ 970;
- (xi) Cessão fiduciária de recebíveis Eternit em favor do Banco Daycoval S.A. no montante de R\$ 7.707 na controladora e R\$ 13.798 no consolidado, dadas como garantia de operação de Cédula de Crédito Bancário, em títulos contas a receber.
  - (xii) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$2.150;
  - (xiii) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
  - (xiv) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101;
  - (xv) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Goiânia no valor de R\$35.173 com vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101.

### 33. PROVISÃO DE REESTRUTURAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Em 2016, o Grupo iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade, redução de custos operacionais, substituição da matéria prima amianto crisotila e encerramento de atividades de plantas deficitárias da subsidiária Tégula. No período findo em 31 de dezembro de 2019, os valores em aberto e movimentação referentes à provisão para reestruturação e desmobilização de parte dos ativos estão demonstrados a seguir:

		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Provisão para desmobilização e reestruturação		0	345
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas			
Tégula		10.376	10.870
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação		10.376	11.215

  

Desmobilização	Provisão para desmobilização	Perda estimada na recuperabilidade de ativo	Total de desmobilização
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	38	10.870	10.908
Reversão	(38)	(494)	(532)
Baixa por pagamento	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	10.376	10.376

  

Reestruturação	Gastos com pessoal nas unidades de negócio
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	307
Adições	627
Baixa por pagamento	(805)
Reversões	(129)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-

### 34. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A empresa possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

No período findo em 31 de dezembro de 2019, os valores das subvenções governamentais totalizaram R\$13.055 (R\$9.055 em 31 de dezembro de 2018), conforme descritos a seguir:

- a) Agência de Fomento Goiás S.A empresa do Estado de Goiás – Fomentar. Nos períodos findo em 31 de dezembro de 2019 foi utilizado o montante de R\$665 ( R\$2.308 em 31 de dezembro de 2018).
- b) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir. No período findo em 31 de dezembro de 2019 foi utilizado o montante de R\$895 (R\$957 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. No período findo em 31 de dezembro de 2019, o valor do benefício totalizou R\$1.131 (R\$877 em 31 de dezembro de 2018).
- d) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Estímulo. No período findo em 31 de dezembro de 2019 foi utilizado o montante de R\$6.870 (R\$3.161 em 31 de dezembro de 2018).
- e) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Presumido. No período findo em 31 de dezembro de 2019, foi utilizado o montante de R\$3.494(R\$1.752 em 31 de dezembro de 2018).

### 35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Grupo realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa, e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aumento de investimento com amortização de mútuo	(13.457)	-	-	-
Imposto de renda retidos sobre mútuo	-	1.736	-	1.736
Fiança honrada Companhia Sulamericana de Cerâmica	-	30.222	-	30.222
Amortização desconto de duplicata	-	(3.362)	-	(3.362)
Investimento temporário em controlada em conjunto		(42.859)		(42.859)
Imposto de renda retidos sobre mútuo	110	126	-	96
	<u>(13.347)</u>	<u>(14.137)</u>	<u>-</u>	<u>(14.167)</u>

### 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Reativação temporária da atividade de beneficiamento da mineradora Sama

De acordo com Fato Relevante divulgado ao Mercado em 11 de fevereiro de 2020, o Grupo reativará temporariamente a atividade de beneficiamento do minério já extraído anteriormente à paralização da mineradora em 11/02/2019, disponível nas instalações



da SAMA, amparada na vigência da Lei do Estado de Goiás, nº 20.514. de 16/07/2019, regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de 24/09/2019, que autoriza, para fins exclusivos de exportação, a extração e o beneficiamento de amianto da variedade crisotila. Isso não significa a retomada da atividade de mineração e proporcionará a exportação de cerca de 24 mil toneladas de fibra de amianto.

#### Pandemia do COVID-19

A Companhia informa que suas operações são fortemente centradas no mercado interno, sendo seu desempenho dependente do nível de atividade econômica no País. A pandemia do Covid-19 tem proporcionado uma rápida degradação das condições macroeconômicas no País, induzindo a adoção de ações preventivas por parte da Administração. Apesar da dificuldade em dimensionar os impactos na Companhia, esse cenário de grande incerteza acrescenta um risco adicional ao negócio.

O Corona Virus, "Covid-19" foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente.

Face ao cenário apresentado, a Companhia tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e até o momento não há expectativa de impacto nas operações

### 37. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

#### Divulgação do LAJIDA (EBITDA)

De acordo com a instrução CVM 527/12, o Grupo aderiu a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro (Prejuízo) Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O EBITDA ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do Ebitda proporcional das controladas em conjunto.

Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<u>Reconciliação do EBITDA consolidado (R\$ mil)</u>		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(12.626)	(149.367)
Imposto de renda e contribuição social	57.065	16.045
Resultado financeiro líquido	(7.038)	27.434
Depreciação e amortização	18.514	13.625
EBITDA	<u>55.915</u>	<u>(92.263)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(10.766)	15.629
<u>Ajustes IN CVM 527/12 art. 4º - Eventos não recorrentes</u>		
Reestruturação	656	1.886
Despesas referentes ao processo de recuperação judicial	1.909	8.991
Quebra de produto oriunda de novas tecnologias (*)	-	521
Gastos de paradas excepcionais SAMA(**)	22.072	-
Gastos de paradas excepcionais PRECON (**)	1.739	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(26.387)	-
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – impairment	(26.388)	23.390
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos – ágio	10.661	-
Crédito extemporâneo de Pis e Cofins	(2.706)	-
Venda de crédito empréstimo Compulsório	(6.190)	-
Ganho de capital com Dação Ed. Pantheon	(37.124)	-
Combinação de Negócios – CSC	(3.297)	-
Ineficiência fabril (***)	-	979
Provisão para benefício pós-emprego	9.988	5.299
EBITDA ajustado	<u>(9.918)</u>	<u>(35.568)</u>

(\*) Quebra de produto oriundo de novas tecnologias em função de maior participação de fibras sintéticas no fibrocimento.

(\*\*) Não contempla o valor de depreciação de parada excepcional.

(\*\*\*) Ineficiência fabril em função da migração de amianto para fibra sintética.